

EDUCAÇÃO

INTEGRAL



Reflexões sobre educação na
perspectiva da integralidade humana

Apoio:

PUBLIQUE SEU ARTIGO NA NOSSA REVISTA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Mais informações:

 **(11) 95031-7539**



INEQ
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

FAEP
FACULDADE DE
EDUCAÇÃO
PAULISTANA

CARTA AO LEITOR – REVISTA SETEMBRO /2023

Os organizadores e colaboradores da Revista “Educação Integral: reflexões sobre educação na perspectiva da integralidade humana” pretendem, nesta edição, abordar o tema Avaliação que permeia a vida de todas as pessoas, de formas diversas, porém, nas instituições educativas, o assunto precisa ser problematizado para que essas possam realizar verdadeiramente o processo educacional, na perspectiva humanizadora.

Para tratar desse tema, será preciso considerar a concepção de educação integral, que propõe a apropriação do patrimônio histórico-cultural na sua integralidade, sendo que essa só poderá acontecer se a relação entre quem ensina e quem aprende for fundamentada no diálogo e, portanto, totalmente democrática. Neste sentido, a aprendizagem só acontece com um movimento do sujeito de vontade que empenha seus esforços para apropriar-se do elemento cultural, considerando que trabalhar a necessidade e o anseio de aprender é um conteúdo do planejamento do professor e da escola. Desta forma, se o processo é democrático, a avaliação ocorre na trajetória da relação pedagógica, semelhante ao que acontece no cotidiano das nossas ações, porém, com objetivos traçados e práticas intencionais. Nas experiências avaliativas, deve ser possível inserir um trabalho para a conquista da independência do educando, pela autoavaliação, e o apoio de um olhar rigoroso e acolhedor do educador, que acompanha o processo de aprendizagem e realiza intervenções propositivas e emancipatórias. Nesta trajetória, explicita-se o poder do educando de demonstrar suas apropriações, dúvidas e inseguranças e o poder do educador que atuará na reorganização do seu planejamento para possibilitar as aprendizagens, em uma experiência democrática de poder no processo educativo.

Todas essas questões, que garantem a aprendizagem do educando, devem estar presentes também nas avaliações institucionais internas, nas práticas educativas de todos os trabalhadores da educação, nas ações pedagógicas dos professores e gestores, para que todos organizem os recursos para alcançarem o objetivo da educação: a formação da personalidade.

A questão torna-se mais complexa quando pensamos nas avaliações em larga escala, externas às instituições educativas, que, na maioria das vezes, culpabilizam escolas, professores e alunos pelos resultados de provas elaboradas fora do contexto escolar. Geralmente, pretendem essas avaliações controlar os currículos nacionais elaborados com a pretensão de garantir um conjunto de conteúdos, muitas vezes, ideologicamente comprometidos com uma “única visão de mundo” e utilizando o argumento de garantir “padrões mínimos de qualidade”.

Tanto nas avaliações internas como externas, o sentido da avaliação na educação está, como diria Luiz Carlos Freitas, professor da Unicamp e estudioso das Avaliações, na “qualidade negociada”. Esta ideia aponta para uma construção conjunta do projeto político-pedagógico das escolas e para transações democráticas e contínuas com os órgãos governamentais, considerando-as necessárias nas relações entre todas as esferas.

Portanto, os organizadores da revista e seus colaboradores acreditam que em diferentes momentos das relações educativas e nas diferentes situações de vida deve-se priorizar: o diálogo, a negociação, a busca de interações democráticas e humanizadoras.

Neste sentido, buscam “erguer a voz” para conseguirem a atuação coletiva na busca de uma construção de políticas públicas que possibilitem o compartilhamento da totalidade dos elementos culturais por toda a população brasileira, alcançando a equidade e a justiça social, rompendo com privilégios e com a meritocracia.

Assim, assumem o compromisso de problematizar questões educacionais, contribuindo com a reflexão de diferentes sujeitos em múltiplos espaços de formação humana.



Educação Integral:
Reflexões sobre educação na
perspectiva da integralidade humana

INEQ / FAEP
VOLUME 1 - NÚMERO 26
(SETEMBRO DE 2023)

Periodicidade: Trimestral

Os conceitos contidos nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores. É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem prévia autorização dos autores.

CONSELHO EDITORIAL

Profo Dr. Claudinei Aparecido da Costa
Profo Dr. Clemente Ramos dos Santos
Profa. Ms. Ana Maria Gentil

EDITOR CHEFE

Profo Dr. Claudinei Aparecido da Costa
REVISÃO E NORMATIZAÇÃO DE TEXTOS
Mariana Mascarenhas

CAPA E PROJETO GRÁFICO Vanice
Aparecida da Costa

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO e
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – INEQ
Rua Santa Ângela, 252, Vila Palmeiras,
Freguesia do Ó, São Paulo – SP - Cep:
02727-000

Tel.: (11) 3564 1256

e-mail: educacaointegral@ineq.com.br

ISSN 2525-4294

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
INEQ Instituto Nacional de Educação e Qualificação Profissional /
FAEP Faculdade de Educação Paulistana

Educação Integral

Revista do Instituto Nacional de Educação e Qualificação
Profissional

Faculdade de Educação Paulistana n. 26 (Setembro, 2023)
São Paulo: INEQ/FAEP

Trimestral

Endereço eletrônico: <https://ineq.com.br/revista/>

ISSN 2525-4294

Wilma Aparecida Cavazini – Bibliotecária CRB 8 2665

APRESENTAÇÃO

REVISTA EDUCAÇÃO INTEGRAL – setembro DE 2023

Nesta revista **“EDUCAÇÃO INTEGRAL: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA INTEGRALIDADE HUMANA”**, os organizadores e colaboradores do planejamento, escrita, revisão e edição pensaram em integrar as reflexões no tema Avaliação, como destacado na Carta ao leitor. Muitas vezes, as pessoas evitam olhar de forma analítica e investigativa para suas ações cotidianas e não conseguem propor novas estratégias para alcançar seus objetivos e transformar os pontos que a avaliação apontou como preocupantes, de forma natural e propositiva. Na educação em geral e, especificamente, nos espaços escolares, as ações avaliativas sobre os pensares e fazeres de educadores e educandos, se estiverem separados do processo de ensino e de aprendizagem, podem tornar-se elementos que caminham na direção contrária ao prazer de aprender e de ensinar e a apropriação de saberes.

As práticas que envolvem a avaliação têm permeado os diferentes espaços educativos formais e não formais, proporcionando momentos de formação, porém, em inúmeros casos, constituem-se como formas de controle, classificação, competições e afastamentos do processo educativo. Nos textos introdutórios desta revista, os organizadores apontam também alguns equívocos das avaliações em larga escala, que podem provocar a homogeneização de propostas curriculares, a redução de conteúdos significativos e de projetos contextualizados, bem como induzir medidas preparatórias das instituições e de algumas esferas governamentais apenas para alcançar o sucesso nos resultados, principalmente se estes estiverem vinculados ao financiamento da educação.

Assim, procuraram integrar essas reflexões aos estudos e pesquisas relatados nos textos que compõem esta revista, iniciando por aqueles que procuram evidenciar avaliações em setores que, embora possam ser educativos, não

apresentam intenções explícitas de formação, como acontece na educação formal. Nesses espaços, os gestores, mesmo nas empresas com fins lucrativos, devem estar comprometidos com a potencialização de habilidades que cada trabalhador apresenta e aprimorar algumas que ainda não estão evidentes. Portanto, tanto no mundo empresarial, como nas instituições educativas, o papel da avaliação é constituir-se em um instrumento valioso para ampliar possibilidades significativas de realizações, envolvendo os trabalhadores, os empresários, os educadores, os educandos, os gestores e todos os atores e protagonistas do processo.

Um dos artigos que aborda as questões empresariais, discutindo a necessidade de retomadas constantes dos processos de planejamento e execução dos serviços e ações administrativas, intitula-se **“DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS EMPREENDEDORAS DE BELÉM DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19”**. Neste texto, o autor e a autora explicitam o descompasso entre a captação de recursos financeiros no empreendedorismo feminino e o retorno do investimento realizado. Assim, mesmo com ações inovadoras e criativas para a movimentação da economia, as mulheres empreendedoras enfrentaram muitas dificuldades no período da pandemia do COVID – 19. O texto apresenta uma valiosa contribuição para a reflexão de diferentes setores da sociedade e, principalmente, para as mulheres que pretenderam ou pretendem estar inseridas em um empreendimento gerido por elas, pois o relato da pesquisa, após análise dos dados da realidade, indica a necessidade do apoio governamental e familiar para que as empreendedoras possam beneficiar a sociedade e demonstrarem a autonomia e a emancipação econômica que conquistaram, em um mundo onde os homens ainda dominam os empregos, os salários e até as ações empreendedoras.

Outro texto, denominado **“INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS E AS NOVAS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO”**, pretendeu avaliar e intervir na análise do mercado de trabalho na atualidade, principalmente, no período pós-pandêmico, apontando as mudanças significativas em seu formato. A autora indica a necessidade da formação contínua dos profissionais para que possam acompanhar as transformações que ocorrem rapidamente nos espaços laborais, considerando os avanços cada vez maior dos processos tecnológicos, que impõem novas habilidades e competências e exigências diferenciadas para os trabalhadores de diversos perfis e faixas etárias, em inúmeros setores do mundo do trabalho. Desta forma, torna-se essencial “a proficiência em alfabetização digital”, a capacidade de aprender continuamente para acompanhar as transformações aceleradas, a ampliação dos recursos de comunicação, a competência para resolver problemas, a agilidade cognitiva e o empenho em trabalhar de forma colaborativa. O Artigo aponta também a necessidade da atuação governamental na construção de políticas públicas para a recolocação de profissionais, a regulamentação trabalhista entre outras medidas inclusivas.

Os dois textos a seguir são mais voltados para as questões da Educação Formal e contribuem de forma significativa para pensar a Avaliação. O primeiro deles é o texto **“ESTUDOS HISTÓRICOS E OS CONCEITOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA ATUALIDADE”**, que traz uma contribuição significativa para que todos os educadores e a sociedade em geral compreendam que o ensino de História não se reduz a uma lista de datas e eventos a serem memorizados, nem uma relação de conhecimentos e informações tratados de forma linear e fragmentada, ignorando a complexidade dos tempos históricos e a integração dos espaços, das relações humanas, das permanências e transformações. A autora destaca a importância da apropriação pelos estudantes de conteúdos relacionados à valores e princípios éticos, à convivência com a diversidade, ao trabalho coletivo, ao pensamento crítico. Ela aborda a teoria da História e a Filosofia, analisando e entrelaçando as teorias e as práticas necessárias para serem desenvolvidos os estudos his-

tóricos na atualidade. Critica, de forma precisa, os processos avaliativos classificatórios e os sistemas de avaliação, cujos resultados envolvem gratificações, ranking e padronização do ensino.

O próximo artigo a ser destacado envolve uma pesquisa que retoma um aspecto importante na prática pedagógica: a presença do outro no processo de aprendizagem, considerando que a apropriação cultural, a atualização humano-histórica, só acontece nas interações sociais, que precisam ser essencialmente democráticas para que ocorra o aprender. O autor do texto **“INTERAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO: EDUCAÇÃO”** possibilita reflexões sobre aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento humano que ajudam o leitor a pensar as práticas educativas e, integradas a elas, a avaliação. Esse artigo destaca a importância das interações no processo educativo, considerando os avanços cognitivos e sociais que proporcionam, ao mesmo tempo que constituem espaços colaborativos de aprendizagens, nos quais os educandos atribuem significados e sentidos ao elemento cultural, pois podem compreender a realidade estudada, mergulhados na diversidade de ideias, de experiências e de formas de ser e de aprender. A aprendizagem colaborativa possibilita uma compreensão mais ampla do mundo e a construção conjunta de conhecimento.

Portanto, os artigos da presente edição procuram problematizar as certezas e investigar as incertezas sobre os processos educativos que deveriam estar presentes nas ações avaliativas, sejam elas em espaços escolares ou empresariais. Os textos buscaram temas emergentes como: empreendedorismo feminino; novas tecnologias e mercado de trabalho; visão de área e identidade profissional de docentes de história; construção de espaços colaborativos para a aprendizagem significativa. Após a leitura dos artigos, os organizadores da revista e colaboradores sugerem um processo de interlocução entre autores e leitores, seja na própria vivência da compreensão do texto ou na elaboração de outros artigos que dialoguem com as provocações e desafios daqueles presentes nesta edição.

SUMÁRIO

08



DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS EMPREENDEDORAS DE
BELÉM DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

- CASTRO, Hudson Augusto Silva de
BANDEIRA, Verônica Di Paula Estumano

17



INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS E AS
NOVAS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

- Simone Aparecida Fernandes Rosa

26



ESTUDOS HISTÓRICOS E OS CONCEITOS PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA NA ATUALIDADE

- Sheila Alves Coutinho

35



INTERAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO:
EDUCAÇÃO

- Marcos Alves da Silva



DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS EMPREENDEDORAS DE BELÉM DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

CASTRO, Hudson Augusto Silva de
BANDEIRA, Verônica Di Paula Estumano

RESUMO: O presente artigo teve como principal objetivo verificar as dificuldades enfrentadas por empreendedoras femininas no desenvolvimento de suas atividades, sobretudo durante a pandemia do novo coronavírus. Para Ré (2000), a prática de atividades empreendedoras é importante para a economia do país. A partir desta visão, fora constituída uma análise dos dados referentes ao movimento empreendedor. Os dados para o estudo foram obtidos através de um questionário respondido por 39 empreendedoras de Belém/Pa. Os resultados apontam que há dificuldades sofridas por essas empreendedoras em seus empreendimentos, como na obtenção de recursos financeiros, por conta da falta de informações. Ademais, os ganhos pecuniários das entrevistadas não acompanham o seu nível de instrução, o que indica uma não valorização do mesmo no cenário empreendedor feminino.

Palavras-chave: Empreendedorismo feminino. Pandemia. Empreendimentos.

ABSTRACT: This article aimed to verify the difficulties faced by female entrepreneurs in the development of their activities, especially during the New Coronavirus pandemic. For Ré (2000), the practice of entrepreneurial activities is important for the country's economy. From this view, an analysis of the data regarding the entrepreneurial movement had been constituted. The data for the study were ob-

tained through a questionnaire answered by 39 entrepreneurs from Belém / Pa. The results indicate that there are difficulties suffered by these entrepreneurs in their ventures, such as obtaining financial resources, due to the lack of information. In addition, the interviewees' financial gains do not follow their level of education, which indicates a lack of appreciation in the female entrepreneurial scenario.

Keywords: Female Entrepreneurship. Pandemic. Enterprises.

1 - INTRODUÇÃO

Com a globalização, a simplificação das relações de trabalho e as oscilações do mercado cada vez mais rápidas, a concorrência por um emprego tem se tornado cada vez mais acirrada (ARAUJO, 2010).

Para Costa (2014), novas e antigas adversidades que abrangem a participação feminina no movimento empreendedor têm feito com que as mulheres procurem diversas formas de sobrevivência que estão associadas às ações inovadoras, criativas, sensatas, autônomas e/ou de fundamental importância para a caracterização de novos produtos, o que possibilita com que desenvolvam suas habilidades e competências por meio de ações empreendedoras. Não obstante, vê-se a necessidade de mu-

danças, como destaca Arenius e Kovalainen (2006), como um fator motivacional. Os autores afirmam que o crescimento do empreendedorismo feminino no mundo estabelece na economia o desenvolvimento de atividades ligadas ao universo empreendedor.

Os autores Barros e Pereira (2008) apontam que o empreendedorismo é o centro de destaque na economia dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, principalmente por parte do empreendedorismo das pequenas empresas consideradas importantes na região em que atuam. O empreendedorismo também está associado ao desemprego, visto que onde há atividade empreendedora há um número mínimo de desemprego na região (BARROS; PEREIRA, 2008).

Diante desse cenário, destacam-se a participação das mulheres na criação de emprego e na movimentação da economia, em que se sente a necessidade da criação de políticas públicas que contribuem para potencializar, encorajar e estimular o desempenho do empreendedorismo feminino (PIMENTA, 2020).

Com a pandemia do novo coronavírus, a economia foi abalada. Dado este cenário, deve-se considerar os fatores que irão impactar diretamente na vitalidade nos empreendimentos (PIMENTA, 2020). Como resultado deste contexto, indagações surgiram, como acerca das dificuldades enfrentadas por empreendedoras femininas durante a pandemia. Ou seja, frente à pandemia, quais as dificuldades enfrentadas pelas empreendedoras femininas?

Assim sendo, o objetivo principal deste trabalho é verificar as dificuldades enfrentadas por empreendedoras femininas no desenvolvimento de suas atividades, sobretudo durante a pandemia do novo coronavírus.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, foram realizadas entrevistas com 39 mulheres empreendedoras da capital do estado do Pará, Belém, por meio de um questionário, via mensagem instantânea, com perguntas abertas e fechadas. Após as entrevistas, os dados foram tabulados, analisados e confrontados com a literatura existente sobre o tema.

2 - EMPREENDEDORISMO FEMININO

O conceito de empreendedor nos remete a algo, de certa forma, inédito no mercado com o intuito de nova criação ou inovação de um produto; é aquele que sai da sua zona de conforto e parte para a ação; passa a assumir uma responsabilidade e independência (SEBRAE, 2019). O empreendedor é ator importante para a economia de qualquer país ou região, uma vez que possui o propósito de aperfeiçoar a diversidade dos produtos e/ou serviços; que irá contribuir à geração de emprego e renda (SCHUMPETER, 1934; FILION, 1991).

Para Zanonie (2019), ser empreendedor pode estar na genética ou ser adquirido no decorrer do tempo. De acordo com o autor, os empreendedores devem buscar oportunidades e ter diligência, ser sensatos e arrojados e ter uma motivação para superar desafios diários, sendo capazes de se reinventar na sua área de atuação.

Ele nasce porventura ou de uma necessidade de começar algo ou alguma coisa que seja desejável, totalmente viável e relativamente possível; empreender é aprender a respeitar os riscos que envolve determinado projeto (BUENO, 2016).

Um das características do empreendedorismo feminino é a conduta peculiar com os stakeholders, o domínio do seu produto/serviço, bem como a análise de sua concorrência

(CARREIRA et. al. 2015).

Para Chiavenato (2012), o empreendedorismo está agregado à atividade empreendedora, que por sua vez é a ação humana que abrange inovação, emoção, riscos e racionalidade, com a melhor estratégia viável. Empreendedores, então, são pessoas que possuem como objetivo a realização de sonhos, por meio de um forte poder de decisão e elaboração de objetivos e metas, elaborando produtos e/ou serviços inovadores (CHIAVENATO, 2012).

Tendo em vista o cotidiano das mulheres empreendedoras, percebe-se que elas procuram, basicamente, analisar estratégias no processo decisório e na tomada de decisões, envolvendo-se, ainda, em conflitos que envolvem trabalho, família e vida pessoal, sem deixar, contudo, de manter a sua saúde mental, uma vez que o trajeto das empreendedoras frisa a busca de auto realização e satisfação consigo mesma (JONATHAN; SILVA, 2007).

Com o objetivo de potencializar um empreendimento, faz-se indispensável a capacidade e a organização afim de abranger as peculiaridades e prática do desenvolvimento, além de obter sucesso do produto ou serviço a ser ofertado (NUNES; MELO, 2018).

Acredita-se que tal concepção implica, por parte de empreendedoras, um maior nível de planejamento, formação de ideias sólidas e, principalmente, o espírito de liderança, sem deixar de ter uma formação básica referente ao empreendedorismo (NUNES; MELO, 2018). Entretanto, as empreendedoras femininas possuem concepções que requerem total responsabilidade e comprometimento, seja na organização de suas multitarefas do cotidiano, ou até mesmo pela demanda de conflitos e como elas os enfrentam (NUNES; MELO, 2018).

Dornellas (2001, p. 27) define empreendedorismo como “aquele que assume riscos e começa algo novo”. Assim sendo, vê-se que a participação ativa da mulher pode estar sendo motivada pela sobrevivência em meio a tantas

dificuldades por elas enfrentadas.

As autoras Peñaloza, Diógenes e Sousa (2008) desmitificam a desigualdade entre gêneros ao afirmar que no mundo contemporâneo as mulheres não são sujeitas a serem apenas do lar e procriadoras, enquanto os homens trabalham de forma incansável. Com o empoderamento feminino em constante desenvolvimento, a crescente base do seio familiar pode ser constituída pela mulher como chefe da família, mostrando que essa “troca” de atividades e/ou adaptações no ambiente familiar pode possibilitar uma equidade de gêneros, quando nos referimos a atividades profissionais e pessoais (PEÑALOZA; DIÓGENES; SOUSA, 2008).

Quem nunca ouviu um relato de uma mãe que não foi aceita em um emprego por ter filho pequeno ou que já entregou a vaga por não ter condições de deixar o filho com alguém? Relatos nestes sentidos não são difíceis de serem encontrados, uma vez que as mulheres sofrem ainda impedimentos e desvantagens no mercado de trabalho por simplesmente serem mães, por exemplo (CUDDY; FISKE; GLICK, 2004). A maternidade ainda é vista como interferência ao nível gerencial de uma organização. Para as empreendedoras, ser a dona do próprio negócio proporciona a flexibilização de horários.

De acordo com o Relatório Especial Empreendedorismo Feminino no Brasil 2019, que menciona a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), em 2018, o Brasil encontra-se na 7ª posição, de 49 países participantes da pesquisa, na diferença entre homens e mulheres empreendedores iniciais. Essa força feminina se mostra mais sólida a cada dia, visto que, no mesmo ano, a busca por novos empreendimentos (formais e informais) era maior entre as mulheres, de acordo com a pesquisa.

Em cada 10 (dez) empreendedoras, segundo o GEM (2018), cerca de 4 (quatro) viram “Donas de Negócio”. Essas mulheres procuram empreender procurando seu espaço no âmbito das negociações, sendo baseada nas dificuldades

e preconceitos (LOIOLA, 2016).

Para aquelas que buscam complementar sua renda, desenvolvem suas atividades muitas vezes em suas próprias residências, trabalhando o home office, uma vez que possibilita conciliar os dois afazeres (NATIVIDADE, 2007).

3 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foram feitas entrevistas com 39 empreendedoras que foram selecionadas de forma aleatória e não probabilística. Ademais, foram realizadas duas pesquisas testes de modo a verificar se as perguntas presentes no questionário estavam sendo compreendidas pelas entrevistadas. As duas entrevistas não fizeram parte da amostra. O questionário foi composto por perguntas fechadas e abertas e realizado por meio de aplicativo de mensagens instantâneas, ocorrendo conforme a disponibilidade das mesmas. Após os agendamentos de horários para a realização, as entrevistas foram realizadas entre os dias 23 de junho de 2020 e 18 de julho de 2020. As entrevistadas possuem atividades principalmente nos setores do comércio, indústria e alimentos.

O primeiro contato fora feito via mensagem de aplicativo instantâneo, no qual as candidatas foram convidadas a responder ao questionário sobre seus dados pessoais junto a sua experiência com o elemento empreendedor.

A pesquisa pode ser considerada quantitativa, visto que os dados obtidos por meio das entrevistas foram transformados em percentuais para, assim, serem analisados por meio do que fora encontrado na literatura acerca do tema.

Situadas nos mais diversos bairros de Belém, na pesquisa, fora constatado que as mulheres casadas representam 54,05% das entrevistadas.

O capital inicial norteia, em média, R\$2.200,68 (dois mil e duzentos reais e sessenta e oito centavos), sendo o menor valor o de R\$20,00 (vinte reais) e o maior de R\$30.000,00 (trinta

mil reais).

Fora percebido na pesquisa que 45,94% das empreendedoras têm idade entre 19 e 29 anos. No questionário, observou-se que 13,51% são mulheres negras, as quais afirmam que o preconceito racial ainda é um fator que impede o desenvolvimento da atividade empreendedora. Uma parcela de 54,05% das mulheres entrevistadas são mães, das quais 47,61% afirmam que existe algum tipo de barreira que dificulta o desempenho da atividade empreendedora. Dentre elas 3,6 é a média de filhos.

Dentre as 37 empreendedoras, constatou-se que 75,67% tem o nível de escolaridade médio ou superior completo, dentre as quais, 68,75% embolsa menos de um salário por mês.

Das entrevistadas 75% não possuem um CNPJ e 35,13% não sabem como conseguiu-lo. Foi observado também que 59% possuem uma outra fonte de renda, seja ela de emprego formal do cônjuge ou de outro membro familiar.

Já 83,78% não pensam em trocar de especialidade, embora 16,21% analisam o mercado como ditador de regras, de maneira que as empreendedoras buscam se adequar de acordo com a demanda do mesmo.

Um grupo de 54,05% recebeu o fundo emergencial e/ou o auxílio emergencial, porém 64,86% disseram que não receberam nenhum tipo de fomento por parte do governo. Dados esses que se mostram contraditórios, visto que houve entrevistadas que afirmaram não receber auxílio do governo, contudo responderam sim ao serem questionadas se fizeram uso do fundo esperança e do auxílio emergencial, ambos programas governamentais.

De acordo com as entrevistas, 64,86% das empreendedoras não foram amparadas pelo governo federal, estadual ou municipal antes ou durante a pandemia.

Na pesquisa observou-se que somente 8,10% das entrevistadas já participou de algum curso ou programa do governo.

4 - ANÁLISE DE DADOS

Das entrevistadas fora observado que as empreendedoras que possuem o estado civil de casada englobam 54,05% da amostra. De acordo com a pesquisa realizada em março de 2018 pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) com 601 empreendedoras com mais de 18 anos, das 27 capitais brasileiras, para as empresárias casadas exige uma maior responsabilidade, com o intuito de saber lidar com os inúmeros desafios advindos da atividade empreendedora, ou seja, elas tendem a ser mais conservadoras, persistentes e prezam pela estabilidade do próprio negócio (SPC Brasil; CNDL,2018).

Para começar um empreendimento faz-se necessário um capital inicial. Foi observado que tal capital inicial das empreendedoras entrevistadas tem a média de R\$ 2.200,68 (dois mil duzentos reais e sessenta e oito centavos). Vê-se como fundamental que tal investimento inicial seja mantido para o capital de giro da empresa (CHICONATO, 2018). Contudo, não é sempre acessível uma linha de crédito para quem está iniciando o seu negócio, o que pode acarretar na falta deste capital de giro, visto que o capital inicial é todo utilizado na compra de materiais para revenda, por exemplo (CHICONATO, 2018).

Segundo o relatório executivo Global Entrepreneurship Monitor 2019, que realizou entrevistas com 2.000 pessoas, no Brasil, no ano de 2019, os empreendedores são, em sua maioria, adultos, ou seja, possuem entre 18 e 64 anos, o que vai ao encontro com esta pesquisa, onde foi observado que 100% das entrevistadas possuem mais de dezenove (19) anos.

A pesquisa aponta que apenas 13,51% das empreendedoras entrevistadas são negras. O que

já foi pressuposto nas pesquisas de Siqueira, Nunes e Morais (2018). Os autores afirmam que o empreendedorismo negro ainda é visto como um grande preconceito, o que se mostra como mais uma dificuldade a ser enfrentada no desenvolvimento de mulheres negras empreendedoras: o racismo.

Das empreendedoras, 54,05% são mães, das quais 60% afirmam que pelo fato de ser mulher lidam com empecilhos para o desenvolvimento de suas atividades (como a dupla jornada), dedicando-se às atividades do lar e dos cuidados com os filhos, além da carga horária do empreendimento. O que vai de encontro com as pesquisas realizadas por Jonathan (2011), que afirma que o fato de ser mulher nada interfere nas atividades das empreendedoras.

Em relação ao nível de escolaridade dessas empreendedoras, verificou-se que 75,67% possuem o nível médio ou superior completo, desse percentual constatou-se que 68,75% recebem menos que um salário mínimo. Para Barbosa e Teixeira (2001, p. 23), “a necessidade de reciclagem e aquisição de novos conhecimentos é constante para aqueles que se dedicam ao mundo dos negócios”. Entretanto, nota-se que o nível de instrução das empreendedoras não acompanha o retorno financeiro. Este indicativo retrata que essas mulheres buscam cada vez mais se aperfeiçoar em seu empreendimento, ou seja, estão mais qualificadas para o mercado empreendedor brasileiro que elevou o nível de qualificação da mão de obra (ALMEIDA, 2019), porém não possuem o retorno pecuniário esperado.

Constatou-se que 75,67% das entrevistadas não possuem CNPJ, sendo que deste percentual 35,13% além de não ver necessidade de obtê-lo, possuem uma outra fonte de renda. Sendo que 40,54% não sabem como conseguir-lo. Ademais, acredita-se que em razão das

atividades empresariais serem realizadas em suas residências, não há a preocupação em formalizar seus negócios (OLIVEIRA; LEITE, 2017).

A pesquisa mostra que 83,78% das entrevistadas não pensam em mudar de ramo, pois a venda ocorre de maneira emancipada em que as necessidades básicas se sobrepõem. Porém, dessas entrevistadas, 16,21% acreditam que o mercado empreendedor é instável, o que pode acarretar em uma mudança de ramo de forma forçada.

Apesar da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus ter impactos na economia, no comércio, nos produtos e nos serviços, o movimento empreendedor não deixou de existir (NASSIF; CORRÊA; ROSSETTO, 2020). Durante a pandemia, observou-se que 56,75% das entrevistadas receberam incentivos financeiros do governo, sendo 54,05% o auxílio emergencial e 18,91% recursos advindos do Fundo Esperança.

O ministério da Cidadania, por meio do Governo Federal, afirma que o auxílio emergencial é um benefício aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República com o objetivo de garantir uma fonte de renda mínima aos brasileiros considerados em situação de vulnerabilidade durante a pandemia do COVID-19. É um benefício de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para as pessoas que são Microempreendedores Individuais (MEI), contribuintes do INSS, autônomos e trabalhadores informais que não recebem algum tipo de auxílio por parte do Governo Federal, salvo o Bolsa Família, e que sejam maiores de 18 anos sem emprego formal, com renda per capita de até R\$ 522,50 (quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) ou renda familiar de até R\$ 3.135 (três mil cento e trinta e cinco reais) (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Por sua vez, a Secretaria de Planejamento e Ad-

ministração (SEPLAD), por intermédio do Governo do Pará, afirma que o Fundo Esperança é um novo programa de crédito para pequenos e médios empresários, criado pelo governo do Pará, em colaboração com o Banco do Estado do Pará (Banpará) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PA). O mesmo é gerenciado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme), e pelo Banpará em parceria com o Sebrae/PA. Numa estimativa de R\$ 100 milhões disponibilizados ao programa, de maneira que irá oferecer créditos de até R\$ 15 mil aos empresários, com juros de 0,2% ao mês, com carência de 90 dias para começar a pagar e 36 meses de prazo para quitação e ter por desígnio impulsionar a economia dos empresários Paraenses no momento da pandemia (SEPLAD, 2020).

É sabido que o suporte financeiro dado pelo Governo Federal pode auxiliar as empreendedoras de maneira positiva. Entretanto, antes e durante a pandemia, 67,56% das empreendedoras que fizeram parte desta pesquisa, responderam que não receberam e nem recebem algum tipo de incentivo financeiro governamental. De acordo com as mesmas existem diversas dificuldades que impossibilitam que a contratação do fomento monetário por parte do sistema público seja efetuada.

Fatores internos e externos direcionam os rumos de empresas todos os dias. Incidentes ocorridos no macroambiente (decisões do governo, da economia e mudanças culturais e tecnológicas, por exemplo, estão fora do controle da empresa) serão uma ameaça às atividades econômicas local ou global (ANA, 2017). Na pesquisa observou-se que somente 8,10% das entrevistadas já participaram de algum curso ou programa do governo. Para as empreendedoras, é de suma importância ter algum tipo de instrução e conhecimento para saber lidar na

tomada de decisão do seu empreendimento. Estudos apontam o crescimento do empreendedorismo econômico e social através do ensino, a fim de capacitar, estimular e desenvolver habilidades no que tange a melhora da gestão da atividade empreendedora (VIEIRA; MELATTI; RIBEIRO, 2011).

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autonomia e a emancipação econômica são um marco contemporâneo por parte das empreendedoras, esses são alguns fatores que oferecem um upgrade para a sociedade e a economia.

Com o levantamento do perfil das empreendedoras e de seus respectivos empreendimentos, averiguou-se que existem barreiras para desempenhar sua função de empreendedora, dentre elas a falta de incentivo, por parte dos órgãos públicos, sociedade e família. Essas barreiras enfrentadas vêm de encontro à Silva, Mainardes e Lasso (2016) que afirmam que o negócio não é afetado por serem casadas, sendo os seus cônjuges tais incentivadores em seus empreendimentos.

Pôde-se identificar que essas empreendedoras necessitam de apoio governamental e familiar. O fato é que não basta apenas criar políticas públicas a fim de acolher a atividade empreendedora, também há a necessidade do uso de tecnologia social, treinamento e capacitação. Este conjunto de fatores dão suporte à essas empreendedoras com o propósito de minimizar as adversidades enfrentadas por elas.

Identificou-se na pesquisa que as entrevistadas responderam não receber apoio financeiro do governo, porém afirmaram ter recebido o auxílio emergencial, por exemplo. Fato este que leva ao questionamento acerca das percepções, por essas empreendedoras, do que é

apoio governamental e o que é obrigação dos governos locais.

O presente trabalho não teve como objetivo mapear os obstáculos de acesso aos programas do governo por elas enfrentadas. Visto a importância do tema, sugere-se que, em trabalhos futuros, seja realizado um levantamento acerca das razões de não obtenção de apoio. Assim como verificar se os apoios recebidos são de fato eficazes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. L. A implementação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do empreendedorismo feminino em Fortaleza: uma análise do Projeto Mulher Empreendedoras. 1ª ed. 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/44541>. Acesso em: 17 de set. 2020.

ANA, F. Fatores internos e externos: a preponderância da valorização humana. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/fatores-internos-e-externos-a-preponderancia-da-valorizacao-humana>. 2017. Acesso em: 08 de set. 2020.

ARAUJO, E. Empreendedorismo e características comportamentais dos empreendedores. 2010. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/empreendedorismo-e-caracteristicas-comportamentais-dos-empreendedores>. Acesso em: 09 jun. 2020.

ARENIUS, P.; KOVALAINEN, A. Similarities and differences across the factors associated with women's self-employment preference in the Nordic countries. *International Small Business Journal*, v. 24, n. 1, p. 31-59, 2006.

BARROS, A. A.; PEREIRA, C. M. M. de A. Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica. *RAC, Curitiba*, v. 12, n. 4, p. 975-993, Out./Dez. 2008.

BARBOSA, J. D.; TEIXEIRA, R. M. Apesar dos pesa-

res, vale a pena ser pequeno empresário? Traçando perfil e descobrindo motivos. Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Londrina. Anais. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 14-30, 2001.

BUENO, J. R. Mas afinal, o que é empreendedorismo? SEBRAE, Santa Catarina, 4 de agosto 2016. Disponível em: <https://blog.sebrae-sc.com.br/o-que-e-empreendedorismo/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CARREIRA, S. S. Empreendedorismo feminino: um estudo fenomenológico. NAVUS – Revista de Gestão e Tecnologia [em linea], v. 5, n. 2, p. 6-13, 2015.

CASTRO, L. M. A. Resenha do livro: Inovação e empreendedorismo no setor público. Rev. Empreendedorismo Gest. Pequenas Empres, v.9, n. 2, p. 1-12, 2020.

CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. – 4. ed. – Barueri, SP: Manoele, 2012.

CHICONATO, F. Dá para abrir um negócio sem ter muito dinheiro? 2018. Disponível em: <https://imulherempreendedora.com.br/posts/gestao/da-para-abrir-um-negocio-sem-ter-muito-dinheiro->. Acesso em: 25 set. 2020.

COSTA, C. A importância das ações estratégicas de marketing e vendas para capacitação de novos clientes. 2014. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-das-acoes-estrategicas-de-marketing-e-vendas-para-captacao-de-novos-clientes>. Acesso em: 08 jun. 2020.

CUDDY, A. J. C.; FISKE, S. T.; GLICK, P. When professionals become mothers, warmth doesn't cut ice. *Journal of Social Issues*, v. 60, n. 4, p. 701-718, 2004.

DORNELLAS, José Carlos Asis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 11. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001 p. 27.

FILION, L. J. O planejamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: Identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações. *Revista de Administração de Empresas*, FGV, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 63-71, 1991.

GOMES, A. F.; SANTANA, W. G. P. As habilidades de relacionamento interpessoal de mulheres que trabalham por conta própria: o caso de Vitória da Conquista-BA. In: Anais do Seminário de Administração (Semead), São Paulo, SP, Brasil, 7. 2004.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR - GEM. Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo. 2019.

Disponível em: <https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

JONATHAN, E. G; SILVA, T. M. R. Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 77-84, jan/abr. 2007.

JONATHAN, E. G. Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder. *Psicol. clin.* [online], Rio de Janeiro, v. 23, n.1, p. 65-85, 2011.

LOIOLA, C. C. Mulher empreendedora: Dificuldades e preconceitos. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2016.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Auxílio emergencial. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>. Acesso em: 25 set. 2020.

NASSIF, V. M. J; CORRÊA, V. S; D. E. ROSSETTO. Estão os empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais? Uma reflexão à luz da pandemia do covid-19. *Rev. Empreendedorismo Gest. Pequenas Empres.*, v. 9, n. 2, p. 1-12, 2020.

NATIVIDADE, Daise Rosas da. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 231-256, 2009.

NUNES, L. L. S.; MELO, M. F. A importância da educação empreendedora para a cultura e formação de novos empreendedores. 2018. 22 folhas. TCC (Administração) – Universidade Luterana do Brasil, 2018.

OLIVEIRA, T. L. P; LEITE, S. C. F. Gênero e empreendedorismo: mulheres chefes de família empreendedoras informais no Brasil. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

PIMENTA, T. O impacto da Covid-19 no ecossistema empreendedor brasileiro. Disponível em: <https://administradores.com.br/noticias/o-impacto-da-covid-19-no-ecossistema-empreendedor-brasileiro>. Acesso em 30 abr. 2020.

PEÑALOZA, V; DIÓGENES, C. G; SOUSA, S. J. A. ESCOLHA PROFISSIONAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: TENDÊNCIAS EMPREENDEDORAS E GÊNERO. *REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO MACKENZIE*, V. 9, N. 8, Edição Especial NOV/DEZ. 2008.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR - GEM. Empreendedorismo no Brasil: relatório executivo. 2019. Disponível em: <https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SCHUMPETER, J. A. *The Theory of Economic Development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934.

SEBRAE 2019. O que é ser empreendedor. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empreendedor,ad17080a3e-107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Publicado em: 23 de janeiro de 2019. Acesso em: 12 abr. 2020.

SEPLAN. Fundo Esperança: Governo Do Pará Lança Linha De Crédito Para Empreendedores. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/2020/03/27/fundo-esperanca-governo-do-para-lanca-linha-de-credito-para-empreendedores/>. Acesso em: 25 set. 2020.

SILVA, M. S. da; MAINARDES, E. W; LASSO, S. V. Característica do empreendedorismo feminino no Brasil. *Gestão e Desenvolvimento*, Novo Hamburgo, a. XIII, v. 13, n. 2, p. 150-167, 2º sem. 2016.

SIQUEIRA, D. P; NUNES, D. H; MORAIS, F. S. Identidade, reconhecimento e personalidade: empreendedorismo da mulher negra. *EALR*, V.9, nº 3, p. 229-242, Setembro-Dezembro, 2018.

SPC BRASIL. Empreendedoras solteiras são mais ambiciosas e casadas mais persistentes. Disponível em: https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_mulher_empreendedora_estado_ci_vil_2014.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

STROBINO, M. R. C; TEIXEIRA, R. M. Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de multicasos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba. *R.Adm.*, São Paulo, v. 49, n.1, p.59-76, jan./fev./mar. 2014.

VIEIRA, S. F. A; MELATTI G. A; RIBEIRO P. R. O ensino de empreendedorismo nos cursos de graduação em administração: um estudo comparativo entre as universidades estaduais de Londrina e Maringá. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, vol. 4, núm. 2, maio-agosto, 2011, pp. 288-301.

ZANONI, A. O empreendedor que planeja: do suor à vitória, em quatro ciclos. *Negócios e Gestão Empreendedor*, 2019.

STROBINO, M. R. C; TEIXEIRA, R. M. Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de multicasos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba. *R.Adm.*, São Paulo, v. 49, n.1, p.59-76, jan./fev./mar. 2014.



INFLUÊNCIA DAS TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS E AS NOVAS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Simone Aparecida Fernandes Rosa

RESUMO

O advento tecnológico recente tem culminado em impactos e mudanças constantes no formato do mercado de trabalho brasileiro, ainda mais após o período pandêmico. Objetivou-se, para tanto, analisar a importância da qualificação profissional atualizada e continuada em um mercado de trabalho globalizado e repleto de novas tecnologias. Justificou-se esta investigação a partir da correlação entre as alterações no mercado de trabalho e o desenvolvimento socioeconômico nacional. No panorama metodológico, aplicou-se um estudo de caso sistemático documental e exploratório em harmonia com uma pesquisa de natureza observacional e qualitativa. Perante este cenário, denotou-se que a formação continuada é de grande valia para manter os profissionais adequados às constantes atualizações do mercado de trabalho contemporâneo. Averiguou-se, ainda, acerca da necessidade do fomento da inclusão digital para trabalhadores de diferentes perfis e faixas etárias.

Palavras-chave: Qualificação Profissional. Mercado de Trabalho. Recursos Tecnológicos.

ABSTRACT

The recent technological advent has culminated in impacts and constant changes in the format of the Brazilian labor market, even more so after the pandemic period. The objective was, therefore, to analyze the importance of updated and continuous professional qualification in a globalized labor market and full of new technologies. This investigation was justified based on the correlation between changes in the labor market and national socioeconomic development. In the methodological panorama, a systematic documentary and exploratory case study was applied in harmony with an observational and qualitative research. In view of this scenario, it was denoted that continuing education is of great value to keep professionals adequate to the constant updates of the contemporary labor market. It was also found out about the need to promote digital inclusion for workers of different profiles and age groups.

Keywords: Professional Qualification. Job Market. Technological Resources.

1 - INTRODUÇÃO

A acelerada evolução tecnológica manifesta-se em diversas esferas da sociedade, desencadeando mudanças em larga escala nos modos de vida, comunicação, produção e interação humana. Neste prisma, a disseminação de tecnologias como a internet, o armazenamento de arquivos em nuvem, a inteligência artificial, a automação e a internet das coisas são parte de uma transformação estrutural robusta, afetando profundamente os aspectos socioeconômicos.

À medida que a tecnologia continua a avançar, delineando um horizonte de possibilidades anteriormente inimagináveis, surgem também desafios inerentes à sua incorporação acelerada. Questões como a segurança cibernética, a privacidade dos dados, a desigualdade digital e a potencial substituição de empregos humanos por máquinas são temas complexos que demandam uma abordagem multidisciplinar e reflexiva (TELES; CALDAS, 2019).

Justificou-se a seleção temática por conta da apreensão e análise das implicações das tecnologias contemporâneas sobre o mercado de trabalho brasileiro constituírem uma questão vital no escopo da compreensão socioeconômica e do desenvolvimento. Contextualmente, a deliberação sobre os efeitos de tais tecnologias não somente engloba o panorama evolutivo da economia, como também reverbera diretamente acerca dos fundamentos das políticas de emprego, capacitação e bem-estar social.

O objetivo geral deste estudo é analisar a importância da qualificação profissional atualizada e continuada em um mercado de trabalho globalizado e repleto de novas tecnologias. Paralelamente, os objetivos específicos são: caracterizar o mercado brasileiro hodierno, demonstrar as principais adversidades en-

frentadas pelos trabalhadores e evidenciar as oportunidades ocasionadas pela qualificação profissional.

Metodologicamente, este estudo de caso sistemático estrutura-se a partir de uma abordagem documental e exploratória com ênfase em uma pesquisa de ordem qualitativa e observacional. Para tanto, realizou-se uma busca em bases de dados como Google Scholar e Scientific Electronic Library Online (SciELO) com ênfase em obras e artigos científicos dos últimos 10 anos (2013-2023) e embasando-se nas seguintes palavras-chave: “qualificação profissional”, “mercado de trabalho” e “recursos tecnológicos”.

Como fatores de seleção, excluiu-se artigos e fragmentos de textos incompletos, obras sem correlação com o tema central desta proposta, inadequação ao período de tema e à definição de linguagem pré-estabelecida (português, espanhol e inglês). A problemática central desta pesquisa origina-se de duas indagações primárias: Como a evolução ágil das tecnologias contemporâneas está redefinindo as demandas e os perfis profissionais no mercado de trabalho brasileiro? Como as políticas públicas da educação e de formação estão respondendo a essas novas exigências?

2 - DESENVOLVIMENTO

2.1 - REVERBERAÇÃO DAS TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS E AS NOVAS EXIGÊNCIAS DO MERCADO DE TRABALHO

As tecnologias contemporâneas têm desempenhado um papel preponderante na reconfiguração das dinâmicas sociais e econômicas, exercendo uma influência marcante sobre o mercado de trabalho brasileiro. Entre as principais inovações tecnológicas que têm moldado essa transformação, destacam-se a Inteligên-

cia Artificial (IA), a automação, a Internet das Coisas (IoT) e o Big Data, cada qual com suas distintas implicações e abordagens (BELO; LEAL, 2023).

A Inteligência Artificial, em sua essência, refere-se ao desenvolvimento de sistemas e algoritmos capazes de imitar funções cognitivas humanas, tais como aprendizado, raciocínio e tomada de decisões. Seu avanço tem impulsionado a automação de tarefas complexas e aprimorado a capacidade de análise de dados em escalas até então inatingíveis, contribuindo para a otimização de processos produtivos, a personalização de experiências de consumidores e o desenvolvimento de assistentes virtuais (LANZARA, 2023).

A automação, por sua vez, se configura como um dos sustentáculos desta revolução tecnológica, caracterizada pela substituição de tarefas manuais e repetitivas por sistemas mecanizados e autônomos. Essa tecnologia, amplamente adotada em setores industriais e logísticos, tem impactos diretos na redefinição das funções ocupacionais, uma vez que permite a realocação de mão-de-obra para atividades de maior complexidade e criatividade, enquanto suscita a necessidade de habilidades voltadas à programação e manutenção desses sistemas automatizados (MARTINS; OLIVEIRA, 2017).

A Internet das Coisas emerge como um paradigma em que objetos cotidianos são conectados à internet, possibilitando a coleta e o intercâmbio de informações em tempo real. Esse ecossistema interconectado não somente fomenta a criação de produtos e serviços inteligentes, como também gera vastas quantidades de dados, constituindo o alicerce do Big Data, que engloba técnicas e ferramentas para a análise de conjuntos massivos de dados, que, quando explorados adequadamente, pro-

porcionam insights profundos sobre padrões de comportamento, preferências do consumidor e tendências de mercado (LUCAS; SOUZA, 2023).

A abordagem sinérgica dessas tecnologias contemporâneas permeia diversos aspectos do mercado de trabalho brasileiro, desde a demanda por habilidades técnicas altamente especializadas até a necessidade de capacidades humanas intrínsecas, como a criatividade, a empatia e o pensamento crítico, que as tecnologias ainda não conseguem replicar plenamente. Consequentemente, a compreensão das nuances dessas tecnologias e sua intersecção com as demandas profissionais revela-se essencial para a formação de uma força de trabalho adaptativa e competitiva no cenário contemporâneo (SANTOS, 2015).

Neste delineamento, a disseminação das tecnologias contemporâneas tem propiciado metamorfoses substanciais em uma miríade de setores econômicos, redefinindo suas operações e padrões de funcionamento. Exemplos paradigmáticos dessas transformações podem ser observados em setores distintos, tais como a indústria, o varejo, os serviços, a saúde e a educação (SANTOS; JAKOBSEN, 2020).

No setor industrial, a automação e a IoT estão impulsionando a manufatura inteligente da Indústria 4.0, permitindo a interconexão de máquinas e sistemas para otimizar a produção e prever manutenções. No varejo, a integração de Big Data resulta em personalização de ofertas e estratégias de marketing, elevando o engajamento do cliente. Nos serviços, a Inteligência Artificial viabiliza chatbots e assistentes virtuais para um atendimento otimizado, enquanto na saúde, o uso de Big Data aprimora diagnósticos e a telemedicina amplia o acesso a cuidados médicos. Na educação, plataformas de ensino online adaptativo transcendem

barreiras geográficas, proporcionando aprendizagem personalizada e flexível (LANZARA, 2023).

Em consonância, a incorporação dessas tecnologias nos mencionados setores ilustra a tangível redefinição das operações, aprimorando a eficiência, a experiência do cliente e a entrega de serviços essenciais. Todavia, é imperativo destacar que a transformação tecnológica requer uma abordagem equilibrada, atentando para desafios como a cibersegurança, a privacidade dos dados e o necessário desenvolvimento de competências adequadas para lidar com as novas ferramentas e paradigmas (REIS; OSTETTO, 2018).

A proficiência em alfabetização digital, compreendendo a capacidade de navegar, avaliar e utilizar eficazmente as ferramentas e plataformas digitais, emerge como uma competência primordial. A familiaridade com tecnologias e a capacidade de aprender continuamente novas interfaces e aplicativos são habilidades intrínsecas à interação bem-sucedida com o ambiente de trabalho digitalmente enriquecido (LANZARA, 2023).

A inteligência emocional, por sua vez, se projeta como um fator diferenciador crucial. A habilidade de compreender e gerenciar as próprias emoções, bem como de demonstrar empatia e relacionamento interpessoal, estabelece um alicerce sólido para a colaboração efetiva e para a liderança assertiva em um cenário onde a interação humana e a capacidade de comunicação permanecem fundamentais (REIS; OSTETTO, 2018).

A competência na resolução de problemas complexos torna-se imperativa dada a crescente interconexão de sistemas e a natureza multifacetada das questões contemporâneas. A capacidade de analisar, desagregar e solucio-

nar desafios intrincados em diversos contextos situa-se no cerne do profissional diferenciado. A criatividade e o pensamento crítico também emergem como competências cruciais para a inovação e a adaptabilidade. A habilidade de questionar suposições, abordar problemas de maneira não convencional e conceber soluções originalmente integradoras coloca o profissional em posição de protagonismo na geração de novas ideias e estratégias (BERNI et al., 2015).

Já a agilidade cognitiva, entendida como a aptidão para aprender rapidamente, processar informações com eficiência e aplicar conhecimentos multidisciplinares, reflete a necessidade de se adequar a cenários em constante mudança e de integrar diversos domínios de conhecimento. Inclusive, a capacidade de compreender e interpretar dados, conhecida como literacia de dados, é de suma importância no atual ambiente orientado por informações. A análise e a síntese de dados, bem como a habilidade de extrair insights significativos, guiam a tomada de decisões informadas e assertivas (BALTAR, 2013).

Associado a essa primazia da tecnologia, a rapidez na assimilação de novos conhecimentos e a habilidade de se ajustar a contextos mutáveis são atributos altamente valorizados em uma era caracterizada por mudanças constantes e avanços tecnológicos contínuos. A disposição para a aprendizagem ao longo da vida, acompanhada da flexibilidade para operar em diferentes cenários profissionais, reflete um traço alinhado com as necessidades cambiantes dos empregadores (LANZARA, 2023).

A habilidade de comunicação eficaz, tanto verbal quanto escrita, assume uma relevância acentuada em um contexto de colaboração multidisciplinar e globalização. A capacidade de transmitir ideias de forma clara, persuasiva

e adequada a diversos públicos é crucial para o entendimento mútuo e para a sinergia entre as equipes. Semelhantemente, os empregadores já reconhecem a importância de profissionais que demonstrem empatia, compreensão interpessoal e resiliência emocional para lidar com situações desafiadoras e interações complexas no ambiente de trabalho (LIMA, 2020).

A capacidade de trabalhar de forma colaborativa, promovendo a diversidade e a inclusão, é um atributo altamente valorizado em um contexto global interconectado. A habilidade de contribuir efetivamente em equipes heterogêneas e de negociar a interseção de diferentes perspectivas é fundamental para a construção de ambientes de trabalho produtivos e enriquecedores (BALTAR, 2013).

2.2 - EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO: BARREIRAS, OPORTUNIDADES E INOVAÇÃO

No contexto da rápida evolução tecnológica e das transformações no mercado de trabalho, as instituições de ensino e os programas de treinamento vêm desempenhando um papel crucial ao se adaptarem para equipar os estudantes com as competências e conhecimentos necessários para enfrentar as demandas do mercado de trabalho tecnologicamente avançado (MACEDO; OSÓRIO, 2023).

Em primeiro plano, a revisão e atualização dos currículos acadêmicos emergem como um imperativo. Instituições de ensino estão revendo suas ofertas de cursos para integrar de maneira mais abrangente tópicos relacionados às tecnologias emergentes, como Inteligência Artificial, análise de dados, automação e Internet das Coisas. Além disso, estão incorporando componentes interdisciplinares que permitem aos estudantes compreender as implicações éticas, sociais e econômicas dessas tecnologias, capacitando-os a uma análise crítica e a

uma tomada de decisões informada (REIS; OS-TETTO, 2018).

A promoção da aprendizagem prática e aplicada é uma estratégia que visa preparar os estudantes para enfrentar desafios do mundo real. Instituições estão estabelecendo parcerias com empresas e organizações para oferecer estágios, projetos práticos e experiências de trabalho em ambientes reais. Isso proporciona aos estudantes a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em situações concretas, desenvolvendo competências como resolução de problemas, trabalho em equipe e comunicação (COMAZZETTO et al., 2016).

A ênfase na aquisição de habilidades transferíveis também se destaca. Além das habilidades técnicas específicas, as instituições de ensino estão enfatizando o desenvolvimento de competências transversais, como pensamento crítico, criatividade, colaboração e habilidades de comunicação. Essas habilidades capacitam os estudantes a se adaptarem a diferentes contextos e a enfrentarem desafios diversos, promovendo uma preparação mais holística para as demandas do mercado de trabalho atual (LANZARA, 2023).

Por conseguinte, a formação ao longo da vida tem sido incentivada para garantir que os profissionais se mantenham atualizados em um cenário de mudanças contínuas. Programas de treinamento e educação continuada estão sendo disponibilizados, permitindo que os indivíduos aprimorem suas competências de forma progressiva ao longo de suas carreiras (BALTAR, 2013).

A importância da aprendizagem ao longo da vida e da reskilling (requalificação) emerge como uma resposta essencial às dinâmicas mutáveis do mercado de trabalho e às transformações tecnológicas que redefinem as demandas profissionais. Diante de um ambiente

caracterizado por uma evolução incessante, a contínua busca por aquisição de novos conhecimentos e habilidades ganha destaque como um componente vital para a adaptação, sustentabilidade e sucesso na esfera profissional contemporânea (TELES; CALDAS, 2019).

A aprendizagem ao longo da vida, definida como um processo contínuo de educação e formação que se estende ao longo da carreira, desempenha um papel transcendental na capacidade de um indivíduo de se manter relevante em um cenário em constante metamorfose. A rapidez das mudanças tecnológicas implica que as competências adquiridas no início de uma carreira podem se tornar obsoletas em um período relativamente curto. Nesse contexto, a busca por atualização constante é crucial para evitar a estagnação e o risco de tornar-se desatualizado e não competitivo no mercado (TELES; CALDAS, 2019).

A reskilling, por sua vez, direciona-se especificamente à requalificação de indivíduos em novas competências que atendam às demandas emergentes. A habilidade de se reinventar profissionalmente assume uma importância marcante, especialmente à medida que algumas ocupações se tornam obsoletas e outras se expandem. A capacidade de transferir habilidades de uma área para outra, adaptando-se a novos setores e tecnologias, ressalta a adaptabilidade como um atributo fundamental para se manter empregável e valioso (LIMA, 2020).

Essas abordagens são ancoradas em uma compreensão da empregabilidade como um processo contínuo, ao invés de um estado estático. A aprendizagem ao longo da vida e a reskilling potencializam uma mentalidade de desenvolvimento constante, encorajando indivíduos a abraçarem a oportunidade de aprender e se atualizar, independentemente da fase de suas carreiras. Isso resulta em profissionais

mais resilientes, capazes de enfrentar mudanças e desafios com uma abordagem proativa e confiante (REIS; OSTETTO, 2018).

Além disso, a aprendizagem ao longo da vida e a reskilling contribuem para a manutenção da competitividade econômica e para a redução das desigualdades sociais. Ao proporcionar oportunidades de aprimoramento para profissionais em todas as etapas da vida, essas abordagens mitigam o risco de obsolescência de habilidades e garantem que os benefícios das transformações tecnológicas sejam acessíveis a todos os segmentos da sociedade (PINHEIRO; SOUZA; GUIMARÃES, 2018).

A adaptação às mudanças tecnológicas no mercado de trabalho contemporâneo é uma jornada que se depara com uma série de desafios complexos e multifacetados. A rápida evolução das tecnologias e a transformação dos processos laborais impõem pressões significativas sobre os profissionais que buscam se manter atualizados e competitivos, delineando um cenário repleto de obstáculos intrincados (COMAZZETTO et al., 2016).

Primeiramente, a assimilação assertiva de habilidades técnicas, como programação, análise de dados e utilização de ferramentas digitais, muitas vezes exige um investimento substancial de tempo e esforço. Aqueles que não possuem uma base prévia nesses domínios podem sentir-se sobrecarregados ao enfrentar uma nova linguagem e um novo ambiente de trabalho enriquecido por tecnologia (CHARLOT, 2016).

Ademais, o ritmo frenético das mudanças tecnológicas pode criar um sentimento de constante insegurança entre os profissionais. A necessidade de se manter atualizado em um ambiente onde novas inovações emergem rapidamente pode gerar ansiedade e incerteza

em relação ao valor das competências adquiridas. A sensação de que a aprendizagem nunca é realmente concluída pode resultar em uma pressão psicológica adicional para permanecer relevante (COMAZZETTO et al., 2016).

A requalificação profissional também pode esbarrar em desafios relacionados à acessibilidade e disponibilidade de recursos. Acesso a programas de treinamento de qualidade, cursos relevantes e capacitação tecnológica podem ser limitados por fatores econômicos ou geográficos, excluindo alguns profissionais das oportunidades de reskilling. Além disso, a necessidade de conciliar a busca por conhecimento com compromissos profissionais e pessoais pode gerar conflitos de tempo e prioridade (COMAZZETTO et al., 2016).

A resistência à mudança, tanto por parte dos profissionais quanto das próprias organizações, pode se manifestar como um desafio adicional. A adaptação a novas tecnologias muitas vezes exige sair da zona de conforto e enfrentar o desconhecido, o que pode ser recebido com resistência e apreensão. A falta de uma cultura de aprendizado contínuo e a rigidez organizacional podem dificultar a implementação de iniciativas de requalificação (MARTINS; OLIVEIRA, 2017).

Em paralelo, a obsolescência de competências é um risco palpável que os profissionais enfrentam em um cenário de mudanças aceleradas. Habilidades que eram altamente valorizadas podem tornar-se irrelevantes à medida que novas tecnologias surgem e ocupam o centro das operações. A percepção de que o investimento em aquisição de competências pode não ser sustentável a longo prazo pode gerar apreensão quanto à viabilidade de uma carreira em um mundo em constante transformação (COMAZZETTO et al., 2016).

Todavia, a convergência de avanços tecnológicos e as transformações na dinâmica laboral têm gerado um terreno fértil para o surgimento de oportunidades únicas, redefinindo a forma como os empreendedores operam, alavancando o potencial criativo e disruptivo (MARTINS; OLIVEIRA, 2017).

Plataformas online e comunidades virtuais permitem que indivíduos com ideias afins se conectem, colaborem em projetos conjuntos e acessem recursos compartilhados. Esta colaboração multidisciplinar estimula a inovação, permitindo que empreendedores combinem conhecimentos e habilidades diversos para criar soluções abrangentes e disruptivas (VINHA, 2016).

Outrossim, a globalização impulsionada pela tecnologia oferece oportunidades de empreendedorismo internacional, permitindo que negócios alcancem consumidores além das fronteiras geográficas. Plataformas de comércio eletrônico e marketing digital tornam possível a expansão para mercados estrangeiros, abrindo perspectivas de crescimento significativo para empreendedores com visão de futuro (POCHMANN, 2015).

Embasando-se nos achados das pesquisas das últimas décadas neste campo de estudo, destacou-se a forma como as tecnologias modernas estão transformando as operações empresariais, criando novos cargos e setores profissionais, bem como impactando as expectativas dos empregadores e as habilidades necessárias para se destacar no cenário atual. Observou-se que as tecnologias, como inteligência artificial, automação, Internet das Coisas e Big Data, estão redefinindo os paradigmas tradicionais de trabalho e introduzindo uma nova dinâmica na interação entre profissionais e o ambientes de trabalho.

As transformações tecnológicas estão gerando oportunidades de empreendedorismo e inovação, proporcionando um terreno fértil para a criação de novos negócios e soluções criativas. A convergência de avanços tecnológicos permite que empreendedores alcancem audiências globais, desenvolvam produtos inovadores com base em análise de dados e colaborem de maneira eficaz com outros profissionais por meio de plataformas online. Essa interseção entre tecnologia e empreendedorismo destaca a importância de uma mentalidade de aprendizagem contínua e adaptativa para a exploração de novas oportunidades (TELES; CALDAS, 2019).

No contexto da transição para um mercado de trabalho tecnologicamente avançado, a atuação governamental precisa partir do desenvolvimento de programas de assistência e capacitação para profissionais que estejam enfrentando desafios de requalificação devido às mudanças tecnológicas. Isso pode incluir apoio financeiro temporário, acesso a treinamentos especializados e subsídios para a aquisição de novas habilidades.

Em relação às regulamentações trabalhistas, é fidedigna uma abordagem adaptativa que considere as novas dinâmicas laborais. Ao mesmo tempo, é preciso garantir que esses modelos não comprometam os direitos dos trabalhadores, implementando salvaguardas para evitar a exploração e garantir condições de trabalho justas e dignas.

A colaboração entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil fundamenta a abordagem os desafios emergentes. Parcerias estratégicas podem ser estabelecidas para desenvolver políticas públicas que promovam a inclusão digital, requalificação profissional e adequação das regulamentações trabalhistas. O diálogo contínuo e a coordenação entre es-

ses atores podem garantir que a transição para um mercado de trabalho tecnologicamente avançado seja equitativa, sustentável e benéfica para todos os envolvidos.

3 - CONCLUSÃO

Em vista das informações levantadas no decorrer desta investigação, averiguou-se que os profissionais de diferentes segmentos precisam adotar uma abordagem proativa ao investirem na aquisição de habilidades transferíveis, como pensamento crítico, comunicação assertiva e inteligência emocional.

Ademais, a busca pela atualização constante e por cursos de formação continuada, posicionam-se como recursos estratégicos no enfrentamento às demandas emergentes. O desenvolvimento de uma mentalidade de aprendizado ao longo da vida é, sem dúvida, um pilar central na preparação para a fluidez do mercado de trabalho moderno.

Perspectivas sobre o futuro indicam a crescente importância da resiliência e da adaptabilidade como competências primordiais. A capacidade de se reinventar, requalificar e explorar oportunidades condiz como um diferencial decisivo para os profissionais que aspiram o sucesso em um cenário marcado pela globalização e a constante mudança tecnológica.

Portanto, a compreensão da interação entre tecnologia e mercado de trabalho permite o dimensionamento das nuances do âmbito profissional. Dessarte, sugestiona-se que estudos futuros englobem o eixo prático para apresentar uma visualização acerca das alterações no mercado de trabalho de acordo com as reverberações tanto nas pequenas quanto nas médias e grandes empresas.

4 - REFERÊNCIAS

BALTAR, Ronaldo. Desenvolvimento, globalização e trabalho decente. *Caderno CRH*, v. 26, p. 105-122, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 02 ago. 2023. Acesso em: 03 ago. 2023.

BELO, Sergio Luis Sobrinho; LEAL, Gabriela. Indústria 4.0: Um Estudo Sobre os Impactos no Mercado de Trabalho Brasileiro. 2023. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BERNI, Jean Carlo Albiero et al. Interação universidade-empresa para a inovação e a transferência de tecnologia. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, v. 8, n. 2, p. 258-277, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CHARLOT, Bernard. Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. *Sísifo*, n. 4, p. 129-136/EN 127-134, 2016. Disponível em: <http://sisifo.ie.ulisboa.pt/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

COMAZZETTO, Letícia Reghelin et al. A geração Y no mercado de trabalho: um estudo comparativo entre gerações. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 36, p. 145-157, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

LANZARA, Arnaldo Provasi. Trabalho e Proteção Social na Era da Economia Digital. *Caderno CRH*, v. 36, p. e023001, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

LIMA, Ângela Maria de Sousa. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. *Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa*, v. 20, n. 39, p. 32-49, 2020. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

LUCAS, Enelício Gonçalves; SOUZA, Luciana Santos de; CRUZ, Keyte Rocha da. Educação de Jovens e Adultos: o uso das tecnologias da informação e comunicação. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 5, p. 196-206, 2023. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

MACEDO, Yuri Miguel; OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Educação profissional e tecnológica frente às novas tendências educacionais no Brasil: por uma perspectiva foucaultiana. *Boletim de Con-*

juntura (BOCA), v. 13, n. 39, p. 01-12, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MARTINS, Bibiana Volkmer; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. Reflexões sobre a empregabilidade dos jovens provenientes de cursos superiores de tecnologia. *Revista pensamento contemporâneo em Administração*, v. 11, n. 1, p. 37-54, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/>. Acesso em: 04 ago. 2023.

PINHEIRO, Sílvia Silva Martins; SOUZA, Marcia de Paula; GUIMARÃES, Karoline Claudino. Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Serviço Social em Debate*, v. 1, n. 2, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/>. Acesso em: 06 ago. 2023.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. Boitempo Editorial, 2015.

REIS, Gabriela Alves de Souza Vasconcelos dos; OSTETTO, Luciana Esmeralda. Compartilhar, estudar, ampliar olhares: narrativas docentes sobre formação continuada. *Educação e Pesquisa*, v. 44, p. e180983, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

SANTOS, Adriana dos. Tecnologias de informação e comunicação: limites e possibilidades no ensino superior. *Revista Brasileira de Ensino Superior*, v. 1, n. 1, p. 36-46, 2015. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SANTOS, Artur Henrique; JAKOBSEN, Kjeld. O trabalho nas atuais transformações da globalização capitalista. *A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia*, v. 1, p. 9-29, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/>. Acesso em: 02 ago. 2023.

TELES, Nuno; CALDAS, José Castro. Tecnologia e trabalho no século XXI: uma proposta de abordagem. *Cadernos do Observatório*, n. 12, p. 1-35, 2019. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

VINHA, Tatiana Fonseca. Tecnologia, Trabalho e Educação: notas sobre o mercado de trabalho informatizado. *Anais*, p. 1-21, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/>. Acesso em: 01 ago. 2023.



ESTUDOS HISTÓRICOS E OS CONCEITOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA NA ATUALIDADE

Sheila Alves Coutinho¹

RESUMO

Esta pesquisa aborda o tema: Estudos históricos e os conceitos para o ensino de história na atualidade. Temos como objetivos para este estudo apresentar um panorama sobre os estudos históricos, a filosofia da história e os conceitos que envolvem o ensino de história na atualidade. Com o ensino de história espera-se que os estudantes possam adquirir uma formação integral, não baseada apenas na recepção de conteúdos e sim na propagação de atitudes que reforcem os valores e princípios éticos fundamentais a nossa sociedade. Os estudantes devem aprender a agir coletivamente, com autonomia e a tomar decisões. O ensino de história deve levar os estudantes a se perceberem como sujeitos históricos e a respeitarem a diversidade e as culturas das diversas sociedades que foram construídas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Estudos Históricos; Ensino de História; História Contemporânea.

ABSTRACT

This research addresses the theme: Historical studies and concepts for teaching history

today. We aim for this study to present an overview of historical studies, the philosophy of history and the concepts that involve the teaching of history today. With the teaching of History, it is expected that students can acquire an integral formation, not only based on the reception of contents, but on the propagation of attitudes that reinforce the values and ethical principles fundamental to our society. Students must learn to act collectively, with autonomy and to make decisions. The teaching of history must lead students to perceive themselves as historical subjects and to respect the diversity and cultures of the different societies that have been built over time.

Keywords: Historical Studies; History Teaching; Contemporary History.

1 - INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda o tema: Estudos históricos e os conceitos para o ensino de história na atualidade. Temos como objetivos para este estudo apresentar um panorama sobre os estudos históricos, a filosofia da história e os conceitos que envolvem o ensino de his-

¹ - sheilacoutinho27@gmail.com

tória na atualidade. O principal objetivo da teoria da história está pautado em apresentar as possibilidades da história como objeto do conhecimento, ela pode nos oferecer bases seguras em relação ao tipo de conhecimento que devemos conhecer.

A teoria da história tem como uma de suas principais funções analisar as relações entre o indivíduo historiador e o objeto que é a base de seu estudo. O objeto de estudo está relacionado aos fatos que ocorreram no passado e que trazem significação para a nossa cultura. Temos aqui a importância da intervenção do historiador na produção do conhecimento histórico e em trazer informações significantes para os estudos na área da história, contribuindo para a formação dos contextos dos processos de aprendizagem e ensino.

O ensino de história deve ser percebido como fator importante na formação da cidadania. A disciplina deve contemplar dentro do currículo também a responsabilidade voltada para o social e desenvolver a criticidade de todas as formas possíveis. Assim, o estudo do contexto histórico, internacional e nacional, faz com que o estudante compreenda que também faz parte desse contexto histórico, compreendendo quais foram os processos que ocorreram ao longo da existência da civilização, a fim de que chegue aos resultados que encontramos atualmente.

Nos processos do ensino de história é possível observar que, com o passar dos anos, diversas metodologias foram utilizadas e, depois de um tempo, são consideradas ultrapassadas, da mesma maneira que os modelos tradicionais de ensino, que se baseavam na memorização de conteúdos, com o decorar de datas e nomes para depois reproduzir tais informações. Neste método de ensino, o

estudante se torna apenas um reproduzidor de conhecimento.

2 - UM PEQUENO ESTUDO SOBRE A FILOSOFIA DA HISTÓRIA

Talvez o período em que as relações entre história, filosofia e literatura tiveram seu auge tenha sido no século XVIII, no qual houve o questionamento da razão sobre a fé, e todas as áreas apontadas estiveram articuladas a partir das filosofias da história. A justificativa estava em que as filosofias da história se pautavam num discurso que manifestava sua preocupação com a questão do direcionamento a ser seguido e atingido pela humanidade (entenda-se europeia) em um futuro possível, de acordo com suas interpretações, que se embasavam na possibilidade de haver progresso material contínuo, dentro do qual a história teria sentido linear. Sabe-se que essa filosofia da história esteve atrelada às consequências da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. (ROIZ, 2007, p. 251).

A história, enquanto fator de explicação de determinada realidade, nasce com a filosofia e ambas as áreas se mantêm bem próximas. As duas disciplinas são responsáveis por investigar, compreender e analisar o homem e o seu papel na sociedade. Na Antiguidade, os historiadores tinham uma maior preocupação com a realidade mais próxima e não davam tanta ênfase às questões relacionadas a origem, buscando compreender o momento a partir de explicações reais no presente e no passado.

Dray (1977) afirma que a busca por uma compreensão teórica do pensamento e escrita históricos é com frequência chamada de filosofia da história, dividida em filosofia analítica, filosofia formal ou filosofia crítica.

Torna-se necessário, conforme o autor, utilizar o termo filosofia da história para compreender a forma geral da história em si. No século XVIII para o XIX se estabeleceram, efetivamente, as condições para que sejam trazidas as questões teóricas para as discussões, juntamente com as questões metodológicas.

Será importante, por outro lado, entendermos com maior clareza o que é uma “filosofia da história”, por contraposição ao que poderemos já entender como uma “teoria da história”. Isso nos ajudará, certamente, a trazer maior precisão a este último termo. As “filosofias da história” podem ser entendidas, na sua definição mais irredutível, como um gênero filosófico que produz uma reflexão ou especulação sobre a História. (BARROS, 2012, p. 373).

Barros (2012) enfatiza que surge nesse momento um campo de pensamento relacionado à teoria da história e às primeiras correntes de pensamento no âmbito da filosofia da história. Tais espaços de reflexão coletiva se relacionam com o conhecimento científico que a História produz. A teoria da história surge como base para uma matriz disciplinar da história.

Roiz (2007, p. 27) afirma que a proximidade e o distanciamento entre filosofia da história e história não se trata de uma discussão recente. Desde as mais remotas definições sobre o que significa ser historiador, elaboradas na Antiguidade Clássica, trazia questões voltadas ao ensino de história como um discurso sobre as sociedades do passado. “Depois, quando Aristóteles diferenciou História e Poesia Épica, discorrendo que, por ser mais filosófica e dizer respeito ao geral, a poesia épica se sobrepunha à História, não foram poucos os momentos em que os his-

toriadores se preocuparam em dar caráter geral e filosófico a seu discurso e na pesquisa histórica”.

A teoria, nas “teorias da história”, volta-se para a tentativa de explicar os fatos, processos, estruturas e sociedades que podem ser percebidas através das fontes, isto é, através da realidade histórica que pode funcionar como um referente real pelo historiador. Isso distingue, sobretudo, os dois campos – o das “teorias da história” e o das “filosofias da história”. “Para onde caminha o mundo” (e como caminha ou continuará caminhando no futuro) é a pergunta essencial que paira sobre as “filosofias da história”; mas para os historiadores ela não ocupa, definitivamente, o centro do seu palco de preocupações. (BARROS, 2012, p. 376).

Recorremos à história quando queremos buscar explicações para algo que acontece no presente, o passado nos remete ao nosso universo de relações, família, cidade e país, limitando o nosso olhar para um núcleo restrito. Roiz (2007) afirma que de nada adiantaria, por exemplo, um brasileiro estudar a cultura chinesa, este estudo não serviria de base para explicitar nada sobre o presente do Brasil. Desta maneira, a história é, acima de tudo, um passado histórico, que é buscado e visitado para conhecer, aprender e entender um pouco mais sobre a atualidade e o passado.

Com o ensino de história espera-se que os estudantes possam adquirir uma formação integral, não baseada apenas na recepção de conteúdos e sim na propagação de atitudes que reforcem os valores e princípios éticos fundamentais a nossa sociedade. Os estudantes devem aprender a agir coletivamente, com autonomia e a tomar decisões. O ensino de história deve levar os estudantes

a se perceberem como sujeitos históricos e a respeitarem a diversidade e as culturas das diversas sociedades que foram construídas ao longo dos tempos.

3 - HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Com o ensino de história espera-se que os estudantes sejam capazes de adquirir uma formação integral não baseada apenas na receptação de conteúdos e sim na propagação de atitudes que reforcem os valores e princípios éticos fundamentais a nossa sociedade. Os estudantes devem aprender a agir coletivamente, com autonomia e a tomar decisões. O ensino de história deve levar os estudantes a se perceberem como sujeitos históricos e a respeitarem a diversidade e as culturas das diversas sociedades que foram construídas ao longo dos tempos.

Fonseca (2005) enfatiza que a proposta do ensino de história dentro da realidade do aluno é levá-lo a valorizar a problematização, a análise e a crítica da realidade podendo, assim, compreender aquilo que o cerca e toda a realidade que ele está inserido, transformando professores e alunos nos produtores desta história e garantindo que, em sala de aula, seja construído um conhecimento, tornando todos “sujeitos históricos” do cotidiano. Posicionar-se de acordo com a história é extremamente necessário, para poder compreender alguns costumes e práticas e poder entender um pouco da sociedade que nos cerca, esta é uma das funções de um ensino de história comprometido com o seu papel e com as necessidades dos estudantes.

Podemos definir a história contemporânea como o momento atual em que estamos vivendo na história, sucedendo a história moderna. A história da humanidade é dividida

em quatro períodos: História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Cada período corresponde a eventos que aconteceram e as ações dos povos nessas épocas. A história é contada com um viés fortemente eurocêntrico, que está sendo revisto atualmente, considerando as demais culturas e as outras civilizações fora do contexto europeu.

Os estudos históricos escolares devem contribuir para: a) identificar problemas enfrentados pela sociedade na atualidade e aqueles enfrentados no passado; b) investigar quais entendimentos são necessários para dimensionar as questões contemporâneas em perspectivas históricas; c) conhecer, analisar, questionar e intervir na organização da sociedade em que se vive, na perspectiva de sua diversidade. (SÃO PAULO, 2019, p. 64).

De acordo com os historiadores, a história contemporânea se inicia com a Revolução Francesa e as mudanças nas estruturas da sociedade contribuíram para a caracterização dessa nova fase. Neste período histórico, a burguesia era um grupo importante na sociedade e o capitalismo era dominante. Vicente (2009) afirma que três influências podem ser destacadas na construção da história atual: o jornalismo, a própria história e a sociologia. Os métodos que o jornalismo utiliza no momento de apurar os fatos e notícias sempre estiveram relacionados aos acontecimentos que se desencadeiam na sociedade. A história também encontra na sociologia, as interpretações de temas da história contemporânea imediata.

A história em si procurou analisar histórias particulares e não a história humana como um todo, histórias específicas que eram inseridas dentro de um contexto e de um período histórico. Tais histórias permitiam criar

narrativas e interpretar como ocorriam as relações nas diferentes sociedades nos diferentes momentos da história.

[...] a história se fundamenta sobre a ideia de que existe uma realidade exterior no mundo que é suscetível de ser convertida em inteligível. Tal realidade detém um grau de autonomia que é a base do conhecimento do passado. Essa realidade é a que apresenta o signo da alteridade. O historiador não é um criador de ilusões. (VICENTE, 2009 apud BÉ-DARIDA, 1996, p.09).

Em relação a produção sobre a história temos um cenário que enfatiza e prioriza a história do Brasil, a história da França ou a história da Cultura Ocidental em detrimento dos demais contextos históricos que também possuem importância e relevância para compreendermos como as relações se estabeleceram e como a história se configura nos dias atuais. Dentro desse núcleo da história explorada pelos pesquisadores temos os temas que mais se destacam, como a política, a configuração das sociedades e a economia.

A história que se produz hoje nas universidades e aquela que é parte dominante dos currículos escolares ainda é visivelmente marcada por uma visão eurocentrista da história, em que as formas europeias prevalecem em detrimento das demais nações. A ideia de nação sempre é remetida ao passado, incluindo e elencando identidades voltadas a cultura e valores, sem explicitar as visões ideológicas que permeiam tais fatos, mantendo a Europa como o grande centro dos fatos e acontecimentos mais relevantes da história mundial.

Partindo deste pressuposto de hegemonia da história eurocêntrica, temos claro que a

história nos remete a um contexto que só existe após o advento dos europeus nesse cenário. São grandes as transformações que ocorrem no mundo contemporâneo e o processo de globalização tende a unificar as variadas histórias, partindo dos meios de comunicação e ampliando o acesso às informações. As antigas relações entre tempo e espaço que eram a base da história das sociedades passam a defrontar-se com a uma visão mais global dos acontecimentos históricos, considerando a diversidade e as relações que ocorrem no mundo de hoje.

4 - OS ESTUDOS HISTÓRICOS E OS CONCEITOS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA ATUAL

O ensino de História na Educação Básica tem por finalidade possibilitar ao estudante reconhecer-se sujeito histórico, adquirir consciência de si e preparar-se para o exercício da cidadania tal como é estabelecido na Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, à qual foram incorporadas alterações com a aprovação da Lei nº 10.639, de 2003, que incluiu no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro brasileira e da Lei nº 11.645, de 2008, que tornou obrigatório no Ensino Fundamental e Médio, nas escolas brasileiras públicas e particulares, o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena. (SÃO PAULO, 2019, p. 68).

Quando pensamos em estudos históricos temos uma vasta gama de questões que cercam o ofício do historiador, as formas de organização do trabalho docente, os conteúdos e as práticas escolares podem ser vistos como questões fundamentais quando pensamos no ensino de história no contexto da atualidade. Existe uma preocupação em investigar a história com base nos acontecimentos ocorridos no passado em detrimen-

to das questões atuais, extremamente relevantes para a formação dos estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) traz como finalidade da educação: [...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Art. 2º).

E como finalidades do Ensino Médio:

[...] a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania; o aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológico dos processos produtivos. (Art. 35).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 1998), asseguram a retomada e a atualização da educação humanista, quando preveem uma organização escolar e curricular baseada em princípios estéticos, políticos e éticos. Elencamos algumas competências e habilidades que devem ser desenvolvidas no ensino de História:

Fonte: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, 1998

Competências e Habilidades para o Ensino de História	
Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural.	Compreender a sociedade, sua gênese e transformação, e os múltiplos fatores que nela intervêm, com produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos.
Construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos simultaneamente como sujeito e como produto das mesmas.	Situar as diversas produções da cultura – as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências, as tecnologias e outras manifestações sociais – nos contextos históricos de sua constituição e significação.
Comparar problemas atuais e de outros momentos históricos. Posicionar-se diante de fatos presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado.	Relativizar as diversas concepções de tempo e as diversas formas de periodização do tempo cronológico, reconhecendo-as como construções culturais e históricas.
Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem em seus desdobramentos políticos, culturais, econômicos e humanos.	Criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes contextos envolvidos em sua produção.

Com o avanço da tecnologia e a globalização, as práticas escolares e os currículos tiveram que ser revistos, o que contribuiu para uma atualização da educação escolar em relação aos fatos que devem ser considerados e abordados em relação aos conhecimentos históricos e ao ensino de história. É preciso preparar os cidadãos para compreender a sociedade tecnológica, sem abandonar o resgate da história da humanidade e suas tradições.

No Ciclo de Alfabetização, o ensino de história deve formar as crianças para que aprendam as características dos objetos e como viver em sociedade, utilizando o lúdico nestas aprendizagens, comparando semelhanças e diferenças entre as épocas com a música, o teatro e outras práticas da infância. O ensino de história nessa faixa etária deve contar com a ludicidade, com jogos e brincadeiras que tragam temas relevantes que vão embasar os novos conhecimentos das crianças.

No Ciclo Interdisciplinar para as crianças um pouco maiores, o estudo de história se concretiza com a problematização das vivências cotidianas e do meio em que vivem. Os estudantes podem aprender sobre a diversidade local e regional e sobre o respeito às diferentes identidades e culturas. Nesta idade os estudantes já são capazes de identificar a diversidade dos sujeitos que fazem parte da história e de construir narrativas sobre os acontecimentos históricos do passado e atuais. É importante que o estudante aprenda a se posicionar criticamente sobre as importantes questões das relações que se estabelecem em nossa sociedade.

No Ciclo Autoral, o estudo de história traz um número maior de elementos e fontes com conceitos mais abrangentes que irão auxiliar os estudantes a diversificar e aumentar o

seu repertório e relacionar as suas vivências com a história da sociedade e da humanidade. Com o estudo de alguns aspectos históricos, os estudantes são capazes de construir as suas próprias interpretações e o professor deve auxiliar na valorização das linguagens e no respeito às diferentes opiniões e pensamentos.

5 - AS PRÁTICAS DE ENSINO EM HISTÓRIA

Zimmermann; Rechia (1999) afirma que de uma maneira geral, a realização do estágio supervisionado no curso de história pode ser justificado para que os futuros educadores possam estabelecer um contato efetivo com a escola e o cotidiano escolar, possibilitando momentos de estudo, pesquisa e reflexão, além da produção de estratégias diversificadas para o ensino e a aprendizagem. Consideramos a prática de ensino que irá formar professores e a dimensão teórica é aquela que fornecerá suporte para os professores pesquisadores.

Nas observações relacionadas ao estágio supervisionado, a questão relacionada aos materiais e recursos utilizados nas práticas em sala de aula, chamam a atenção no sentido de que não basta um bom trabalho por parte do professor se os recursos não forem variados e satisfatórios. Muitos acadêmicos acreditam que a utilização de recursos variados, como o retroprojeto, o vídeo, a leitura e simples discussão oral de textos de jornais e revistas e até de textos acadêmicos traduzir-se-á numa participação e numa avaliação escrita repleta de referenciais e relações. Acabam percebendo que deveriam ter trabalhado com poucos materiais, e que estes poderiam ter sido explorados em sua potencialidade.

Há, pois, culturas específicas de cada centro docente, de cada nível educativo e de cada um dos grupos de atores que intervêm na vida cotidiana das instituições de ensino, assim como subculturas específicas. Mas essas instituições não operam no vazio. Atuam dentro de um enquadramento legal e de uma política determinada que tem sua própria cultura (NETO, 2020 apud VIÑAO-FRAGO, 2007, p. 97).

A ideia é que se crie uma “cultura da licenciatura”, através da produção de oficinas e materiais para o ensino de história, e a criação de espaços para a socialização de experiências, de forma que a intervenção dos alunos na realidade escolar não se limite apenas ao momento do estágio. Algumas sugestões vão no sentido também de uma integração maior entre o bacharelado e a licenciatura. Sendo assim, o papel dos professores poderia ser o de incentivar a produção de pesquisas acerca do ensino de história e discutir o tratamento específico do seu conteúdo nos manuais didáticos. A sala de aula deve ser vista como referência para a prática docente, o que requer um compromisso dos professores que estão em sala de aula com os professores pesquisadores.

Projetar no ensino de História, na acepção aqui proposta, supõe por imprescindível que se compreenda a cultura escolar e seus elementos, sob a pena de transformar essa disciplina em algo anódino, em que conteúdos e abordagens são padronizados por supor haver homogeneidade entre as escolas e os diferentes sujeitos que nela atuam, como quem fazer crer aqueles que propugnam haver “aprendizagens que todos os alunos devem desenvolver”, escamoteando o fato de que o currículo implica seleção, que “selecionar é uma operação de poder”. (NETO 2020 apud SILVA, 1999, p. 16).

Em tempos de propostas curriculares “engessadas”, sistemas de avaliação para definição de ranking, gratificações e práticas que visam a padronização do ensino, se torna difícil a proposição de aprendizagens criativas e propostas curriculares significativas no ensino da história. O controle sobre as etapas de ensino e os conteúdos pedagógicos acabam por definir os caminhos para a aprendizagem e cabe ao professor criar estratégias e propostas para diversificar a aprendizagem.

Os elementos culturais e os variados aspectos das relações na escola, bem como os atores envolvidos neste processo, contribuem para a definição das práticas que serão ali desenvolvidas. Temos neste contexto:

[...] atores (professores, alunos, pais, administração e serviços) e sua formação, idade, representações, composição social, carreira acadêmica, etc.; discursos, linguagens, conceitos e modos de comunicação utilizados no meio escolar; aspectos organizativos institucionais (práticas e rituais, formas de classificação e avaliação de alunos, organização curricular, hierarquias, organização e usos do tempo e do espaço, etc.) e a cultura material da escola, seu entorno físico-material e objetos (espaços edificadas e não edificadas, mobiliário, material didático). (NETO 2020 apud VIÑAO-FRAGO, 2007, p. 88-89).

Cruzando todos estes atores e estas variáveis elencadas por Neto (2020) temos que é preciso se apropriar e falar sobre as culturas escolares e o professor de história tem um papel importante neste contexto, levando os estudantes a refletir sobre os aspectos que envolvem o ensino de história e as suas relações com a realidade atual.

Os estudos apontam que um professor de história em formação ou que já exerce a

atividade docente não deve ser reduzido a função de executor de tarefas que visa a padronização do currículo. O profissional de história que se espera hoje, é aquele que detém o conhecimento na sua área, está sempre em formação e busca quebrar a lógica das práticas enraizadas, buscando novas maneiras de ensinar, considerando os novos contextos escolares que estão sempre em processo de mudança e ressignificação, de acordo com o meio social e as situações que se estabelecem no âmbito educacional.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação histórica irá considerar tudo o que pode auxiliar na busca por indícios que revelem atividades, sentimentos e ações do homem em outros tempos, todos estes dados irão subsidiar as considerações e reflexões sobre o que acontece no presente. Temos a noção definida pelo material que nos é apresentado que pertence ao passado, pela visão do historiador, pois cada pessoa irá trazer um aspecto que lhe pareça ser o mais conveniente e nem sempre será tido como uma verdade absoluta.

No ensino de história nos dias atuais não cabe mais trabalhar o ensino de História baseado no sistema tradicional apenas baseada na oralidade e nos livros didáticos. Hoje, a sociedade do conhecimento requer do docente a utilização de diferentes formas de expressão e recursos, fazendo uso de letras de músicas, cartazes, artigos científicos, textos variados, jornais, documentários, fotos, gravuras e imagens, cartazes, projetos, filmes entre outros materiais que venham a enriquecer as aulas de história, desenvolvendo a curiosidade e estimulando a participação do estudante.

Os professores devem contribuir para que os

seus alunos compreendam o conhecimento a partir da vivência do mesmo, permitindo que o que ele traz consigo a partir do senso comum sirva de base para a absorção do conteúdo científico de maneira com que o mesmo seja não apenas decorado para ser recitado novamente. Cabe ao professor refletir sobre os conteúdos, os materiais didáticos, a elaboração dos projetos, observando a realidade dos alunos e o contexto em que as situações de aprendizagem se estabelecem, bem como o local no qual está inserida a comunidade escolar. O ensino de história deve servir de base para a compreensão dos fatos históricos relacionando-os com o cotidiano, propondo reflexões acerca destes conhecimentos e de que maneira tais acontecimentos interferem no dia a dia destes estudantes.

As perspectivas apontam para a necessidade de uma maior integração com o estágio desenvolvido na escola, como a participação no planejamento escolar ou nas atividades relacionadas ao calendário escolar, no contato mais efetivo com a coordenação, a direção, reforçando a importância de um trabalho coletivo e integrado entre a prática de ensino e as metodologias. Não podemos reforçar o paradigma de que estas duas disciplinas são as únicas responsáveis pela formação do professor no curso de História.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D' Assunção. Teorias da História" e "Filosofias da História": Considerações sobre o contraste entre dois espaços de reflexão sobre o fazer histórico. Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 367-400, dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9.394/96. Brasília: Secretaria da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Secretaria da Educação, 1998.

DRAY, W. Filosofia da história. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. Disponível em: <História e narrativa: A ciência e a arte da escrita histórica - Jurandir Malerba - Google Livros> Acesso em: 20 set. 2022.

FONSECA, S. G. Didática e prática de ensino de história. Campinas, SP. Papyrus, 2005.

NETO, Antonio Simplicio de Almeida. Projetar sobre projetos: currículo e ensino de História. Educar em Revista. Curitiba, v. 36, 2020.

ROIZ, Diogo da Silva. História e Filosofia da História. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, 2007.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: Ensino Fundamental: Componente Curricular: História. – 2.ed. – São Paulo : SME / COPED, 2019.

SILVA, Alexandre Alves da; Caxile, Carlos Rafael Vieira. Introdução aos estudos históricos. INTA. Instituto Superior de Teologia Aplicada. Pró Diretoria de Inovação Pedagógica. Egus, 2015. Disponível em: <Introdução aos Estudos Históricos.pdf (uninta.edu.br)> Acesso em: 20 set. 2022.

VICENTE, MM. História e comunicação na ordem internacional. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/b3rzk/pdf/vicente-9788598605968-05.pdf>> Acesso em 20 set. 2022.

ZIMMERMANN, Joseane; RÉCHIA, Karen Christine. Prática de Ensino de História: considerações preliminares. Perspectiva. Florianópolis, v. 17, jan. / jun., 1999.



INTERAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO: EDUCAÇÃO

Marcos Alves da Silva¹

INTRODUÇÃO

A interação social desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo, pois oferece oportunidades para que os indivíduos se envolvam em trocas significativas, compartilhem perspectivas e construam conhecimento coletivamente. Jean Piaget (1962) reconheceu a importância da interação social na formação das habilidades cognitivas das crianças e destacou seu impacto na compreensão do mundo. Este artigo explora o papel da interação social no desenvolvimento cognitivo e enfatiza os benefícios das experiências de aprendizagem colaborativa.

RESUMO

Este artigo explora o papel da interação social no desenvolvimento cognitivo e destaca os benefícios das experiências de aprendizagem colaborativa. Com base nas teorias de Jean Piaget, Vygotsky entre outros estudiosos, as palavras que aqui estão enfatizam a importância da interação social na formação das habilidades cognitivas das crianças e na compreensão do mundo e, ao mesmo tempo, aprofundam-se no conceito de aprendizagem colaborativa, que incentiva o trabalho em grupo e experiências de aprendizagem comparti-

lhadas. Por meio da aprendizagem colaborativa, os alunos se envolvem na co-construção do conhecimento, navegam na Zona de Desenvolvimento Proximal, desenvolvem a tomada de perspectiva e a empatia, aprimoram as habilidades de comunicação e linguagem e, também, promovem o desenvolvimento social e emocional. Ao incorporar ativamente abordagens de aprendizagem colaborativa, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem dinâmicos e interativos que otimizam o desenvolvimento cognitivo e promovem o crescimento holístico do aluno.

Compreender a importância da interação social capacita os educadores a nutrir o desenvolvimento cognitivo de forma eficaz e promover experiências de aprendizagem significativas e que efetivamente podem alterar a maneira como a educação pode agir como instrumento de mudança de percepção do mundo que nos cerca.

Palavra-chave: Educação; Desenvolvimento cognitivo; Aprendizagem Colaborativa.

ABSTRACT

This article explores the role of social interac-

1 - Professor da Faculdade de Educação Paulistana (FAEP). MBA em Administração e Gestão Escolar. Especialista em "Educação para o Pensar" (PUC-SP) e em "Educação, Valores e Cidadania na Escola" (USP/UNIVESP). Geógrafo (FFLCH-USP) e Educador (FE-USP). 24 anos de experiência na Educação Pública e Privada.

tion in cognitive development and highlights the benefits of collaborative learning experiences. Based on the theories of Jean Piaget, Vygotsky and other scholars, the words here emphasize the importance of social interaction in the formation of children's cognitive skills and understanding of the world and, at the same time, delve into the concept of collaborative learning, which encourages group work and shared learning experiences. Through collaborative learning, students engage in knowledge co-construction, navigate the Zone of Proximal Development, develop perspective taking and empathy, improve communication and language skills, and also promote social and emotional development. By actively incorporating collaborative learning approaches, educators can create dynamic, interactive learning environments that optimize cognitive development and promote holistic student growth.

Understanding the importance of social interaction enables educators to effectively nurture cognitive development and promote meaningful learning experiences that can effectively change the way education can act as an instrument to change the perception of the world around us.

Keyword: Education; Cognitive development; Collaborative Learning.

1 - O papel da interação social no desenvolvimento cognitivo

De acordo com Piaget (1962), a interação social atua como um catalisador para o desenvolvimento cognitivo. Por meio de interações com colegas, pais e professores, as crianças são expostas a diversas perspectivas, novas ideias e diferentes formas de pensar. Esses encontros sociais desafiam seus esquemas existentes (a forma como vemos o mundo) e estimulam o crescimento cognitivo. Ao se en-

volver em diálogo, negociação e cooperação, as crianças refinam sua compreensão e adquirem novos conhecimentos.

1.1 Experiências de Aprendizagem Colaborativa

A aprendizagem colaborativa não é apenas uma estratégia de ensino; é uma filosofia de interação. As experiências de aprendizado que são compartilhadas com outros têm um impacto poderoso na aquisição de conhecimento. (David W. Johnson)

A aprendizagem colaborativa, uma abordagem que enfatiza o trabalho em grupo e experiências de aprendizagem compartilhadas, capitaliza o poder da interação social para melhorar a compreensão. A co-construção do conhecimento está no centro da aprendizagem colaborativa, oferecendo aos alunos a oportunidade de se envolverem ativamente no processo de criação de significado juntos. Por meio de discussões, debates e tarefas conjuntas de resolução de problemas, os alunos trazem suas perspectivas e percepções únicas para a mesa, contribuindo para a construção coletiva do conhecimento.

Em ambientes de aprendizagem colaborativa, os alunos são encorajados a compartilhar suas ideias, pensamentos e interpretações sobre o assunto como, por exemplo, em rodas de conversa ou debates sobre o tema abordado em sala de aula. Essa troca de perspectivas não apenas enriquece a experiência de aprendizado, mas também desafia suposições pré-existentes e expande estruturas cognitivas. Ao ouvir ativamente e construir sobre as ideias uns dos outros, os alunos são expostos a pontos de vista alternativos e formas de pensar, levando a uma compreensão mais profunda e diferenciada do tópico.

Durante as discussões (realizadas por meio de rodas de debate/conversas), os alunos se envolvem em pensamento crítico e reflexão enquanto analisam e avaliam diferentes pontos de vista. Esse processo promove habilidades cognitivas de ordem superior, como análise, síntese e avaliação. Ao participar ativamente da co-construção do conhecimento, os alunos desenvolvem um nível mais profundo de envolvimento com o assunto, pois são motivados a entender as informações e contribuir para o entendimento coletivo.

Os debates, em ambientes de aprendizagem colaborativa (a sala de aula), fornecem uma plataforma para os alunos articularem seus pontos de vista e se envolverem em discursos intelectuais. Por meio de argumentos e contra-argumentos construtivos, os alunos aprimoram suas habilidades analíticas e persuasivas enquanto consideram múltiplas perspectivas. Os debates estimulam o pensamento crítico, pois os alunos são levados a examinar os pontos fortes e fracos de vários argumentos, desafiar suposições e fornecer evidências para apoiar suas reivindicações. Este processo incentiva os alunos a desenvolver uma compreensão mais abrangente e informada do tópico em questão, ou seja, do assunto que está em debate.

Tarefas conjuntas de resolução de problemas fornecem outro caminho para a co-construção do conhecimento. À medida que os alunos trabalham juntos para resolver problemas complexos, eles se valem de seus pontos fortes, conhecimentos e abordagens individuais. Ao se envolver na solução colaborativa de problemas, os alunos se beneficiam dos diversos conhecimentos e perspectivas dentro do grupo, expandindo suas estratégias de resolução de problemas e considerando soluções alternativas.

No geral, a co-construção do conhecimento em ambientes de aprendizagem colaborativa promove o envolvimento ativo, o pensamento crítico e o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda do assunto. Ao compartilhar perspectivas, percepções e ideias, os alunos desafiam seu próprio pensamento, expandem suas estruturas cognitivas e desenvolvem uma compreensão mais abrangente de conceitos complexos. A aprendizagem colaborativa nutre um senso de propriedade e empoderamento à medida que os alunos participam ativamente da construção do conhecimento, promovendo uma experiência de aprendizagem mais profunda e significativa.

Portanto, “a aprendizagem colaborativa promove uma abordagem construtivista da educação, onde os alunos são atores ativos na criação de seu próprio conhecimento” (Johnson, Johnson & Holubeca, 2008). Desta forma, a aprendizagem colaborativa permite que os alunos construam conhecimento em conjunto, compartilhando suas perspectivas e percepções únicas. Por meio de discussões, debates e tarefas conjuntas de resolução de problemas, os alunos se envolvem em uma construção ativa de significado, levando a uma compreensão mais profunda do assunto. Ao ouvir e desenvolver as ideias uns dos outros, os alunos expandem suas estruturas cognitivas e desenvolvem entendimentos mais sutis.

2 - Zona de Desenvolvimento Proximal

A Zona de Desenvolvimento Proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de problemas sob orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

(Lev Vygotsky)

A aprendizagem colaborativa se alinha com o conceito de Lev Vygotsky (1978) da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). A ZDP refere-se à lacuna entre o que um aluno pode realizar de forma independente e o que ele pode alcançar com a orientação e o apoio de um outro mais experiente. Em ambientes colaborativos, colegas com níveis variados de especialização podem estruturar o aprendizado uns dos outros dentro de suas respectivas ZDPs, promovendo o crescimento cognitivo.

Vygotsky via a ZDP como uma área crítica para o aprendizado porque destaca o potencial de crescimento e a importância da interação social no desenvolvimento cognitivo. Dentro da ZDP, os alunos podem se envolver em atividades e tarefas que estão um pouco além de seu nível atual de compreensão ou competência, mas ainda estão ao seu alcance com orientação e apoio adequados.

A ZDP sugere que a aprendizagem deve ser apoiada, com indivíduos mais experientes fornecendo apoio e orientação para ajudar os alunos a passar de seu nível atual de compreensão para níveis mais altos de competência. O suporte de andaime pode assumir várias formas, como prompts, modelagem, sugestões, feedback ou instrução direta, dependendo das necessidades do aluno e da natureza da tarefa. O papel do outro mais experiente, normalmente um educador, professor ou colega, é crucial para facilitar a aprendizagem dentro da ZDP. Eles fornecem o suporte e a estrutura necessários para ajudar os alunos a preencher a lacuna entre suas habilidades atuais e suas habilidades potenciais. Ao envolver-se em atividades colaborativas e receber orientação adequada, os alunos podem internalizar novos conhecimentos e habilidades, podendo eventualmente realizar a tarefa de forma independente.

É importante notar que a ZDP é dinâmica e evolui à medida que os alunos progredem em sua compreensão e habilidades. À medida que os alunos adquirem domínio sobre tarefas anteriormente desafiadoras dentro da ZDP, novas tarefas e atividades podem ser introduzidas, ampliando continuamente os limites de seu desenvolvimento.

A ZDP tem implicações significativas para as práticas educativas. Ele sugere que os educadores devem fornecer desafios adequados ao desenvolvimento e oferecer suporte adaptado às necessidades individuais de cada aluno. Ao identificar o nível atual de compreensão do aluno e avaliar sua zona de desenvolvimento próximo, os educadores podem projetar estratégias e atividades instrucionais que promovam o aprendizado ideal e o crescimento cognitivo. Ambientes de aprendizagem colaborativa são particularmente propícios para alavancar a ZDP. Colegas com níveis variados de especialização podem apoiar o aprendizado uns dos outros, fornecendo apoio, compartilhando conhecimento e engajando-se no ensino recíproco. Isso não apenas aumenta a compreensão do aluno dentro da ZDP, mas também beneficia o outro mais experiente, reforçando sua própria compreensão e promovendo níveis mais profundos de construção de conhecimento.

Em conclusão, a Zona de Desenvolvimento Proximal é um conceito valioso que destaca o potencial de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo quando os alunos recebem orientação e apoio adequados. Ao reconhecer e alavancar a ZDP, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem eficazes que facilitam o crescimento ideal, promovem o pensamento independente e promovem experiências de aprendizagem significativas.

3 - Interação social, Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e a Co-construção do conheci-

mento

A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e a co-construção do conhecimento são conceitos intimamente relacionados que destacam o papel da interação social no desenvolvimento cognitivo. A ZDP enfatiza a lacuna entre o nível atual de compreensão de um aluno e seu nível potencial de compreensão com a orientação e o apoio de um outro mais experiente. Representa a zona em que a aprendizagem e o desenvolvimento ocorrem de forma mais eficaz. Dentro da ZDP, os alunos se envolvem em atividades e tarefas que estão um pouco além de suas habilidades atuais, mas podem ser realizadas com andaimes apropriados.

A co-construção do conhecimento, por outro lado, enfatiza o processo colaborativo de construção do conhecimento por meio da interação social. Envolve os alunos compartilhando suas perspectivas, ideias e percepções únicas para construir coletivamente o entendimento. Por meio de discussões, debates e tarefas conjuntas de resolução de problemas, os alunos participam ativamente da criação de significado, levando a uma compreensão mais profunda do assunto.

A conexão entre a ZDP e a co-construção do conhecimento reside na natureza colaborativa da aprendizagem dentro da ZDP. Quando os alunos interagem e se envolvem com outras pessoas, especialmente aqueles que possuem maior conhecimento ou experiência, eles têm a oportunidade de co-construir o conhecimento. Ao compartilhar suas ideias e desenvolver as ideias dos outros, os alunos expandem suas estruturas cognitivas, desafiam seus esquemas existentes e desenvolvem entendimentos mais sutis.

Na ZDP, o outro mais experiente (Professor) fornece andaimes para apoiar o desenvolvi-

mento cognitivo do aluno. Esse andaime pode assumir a forma de questionamento, orientação, feedback ou estratégias de modelagem. Por meio desse suporte colaborativo, os alunos podem navegar na ZDP e co-construir conhecimento junto com seus colegas ou educadores.

A co-construção do conhecimento dentro da ZDP envolve participação ativa, diálogo e negociação de ideias. Os alunos contribuem com suas perspectivas únicas, compartilham percepções e se envolvem em pensamento crítico. Ao ouvir e considerar diferentes pontos de vista, os alunos ficam expostos a diversas perspectivas, desafiam seu próprio pensamento e refinam sua compreensão.

As experiências de aprendizagem colaborativa que enfatizam a co-construção do conhecimento dentro da ZDP oferecem inúmeros benefícios. Eles promovem um envolvimento mais profundo, habilidades de pensamento crítico e a capacidade de apreciar diversas perspectivas. Os alunos contribuem ativamente para a construção do conhecimento, expandem suas habilidades cognitivas e desenvolvem uma compreensão mais abrangente de conceitos complexos.

Em resumo, a ZDP e a co-construção do conhecimento são conceitos inter-relacionados que destacam a importância da interação social e da colaboração no desenvolvimento cognitivo. A ZDP fornece a estrutura para identificar o nível ideal de desafio e suporte, enquanto a co-construção do conhecimento descreve o processo colaborativo através do qual os alunos contribuem ativamente para a construção do conhecimento. Juntos, eles enfatizam o poder da interação social em promover experiências de aprendizagem significativas e promover o crescimento cognitivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação social é um componente vital do desenvolvimento cognitivo, e as experiências de aprendizado colaborativo oferecem inúmeros benefícios a esse respeito. Ao se envolver em atividades colaborativas, os alunos constroem conhecimento em conjunto, expandem suas estruturas cognitivas, desenvolvem habilidades de tomada de perspectiva, aprimoram as habilidades de comunicação e promovem o crescimento social e emocional. Os educadores devem incorporar ativamente abordagens de aprendizagem colaborativa em suas práticas de ensino para criar ambientes de aprendizagem dinâmicos, envolventes e interativos que otimizem o desenvolvimento cognitivo. Ao reconhecer o valor da interação social, podemos capacitar os alunos a prosperar academicamente, intelectualmente e socialmente.

REFERÊNCIAS

JOHNSON, D. W., Johnson, R. T., & Holubec, E. J. (2008). *Cooperation in the classroom*. Interaction Book Company.

PIAGET, J. (1962). *Play, dreams, and imitation in childhood*. W. W. Norton & Company.

ROGOFF, B. (1990). *Apprenticeship in thinking: Cognitive development in social context*. Oxford University Press.

ROSCHELLE, J., & TEASLEY, S. D. (1995). The construction of shared knowledge in collaborative problem-solving. *Computer-supported collaborative learning*, 69-97.

WEBB, N. M. (2009). The teacher's role in promoting collaborative dialogue in the classroom. *British Journal of Educational Psychology*, 79(1), 1-28.

VYGOTSKY, L. S. (1978). *Mind in society: The development of higher psychological processes*. Harvard University Press.

_____. (1987). *The collected works of L. S. Vygotsky: Volume 1, Problems of general psychology, including the volume thinking and speech*. Springer.

PROJETO

EMPREGABILIDADE



Foco no aluno e no seu futuro profissional!

Saiba mais em: faep.edu.br/projeto-empregabilidade

Normas para publicação de trabalhos

A Comissão Editorial da Revista **Educação Integral** do grupo Educacional Ineq torna público aos interessados que receberá textos de entrevistas, traduções de documentos e textos clássicos, artigos, resenhas e relatórios de campo, de caráter inédito, cujas matérias tratem das teorias, objetos e metodologias das Ciências humanas e Sociais Aplicadas, resultantes ou não de pesquisas empíricas. Os referidos textos deverão conter as seguintes cláusulas:

1. Resumo em Língua Portuguesa, contendo de 100 palavras, referências do autor (instituição, cargo, titulação e endereço eletrônico);
2. Resumo em inglês ou espanhol;
3. Palavras-chave: até cinco;
4. Redação em língua portuguesa, digitação em folha formato A4, word for Windows, fonte Time New Roman, tamanho 12, espaço 1,5, margens esquerda e superior com 3 cm, direita e inferior com 2 cm;
5. As entrevistas deverão ter, no máximo 04 (quatro) laudas; as traduções de documentos e textos clássicos e os artigos científicos, de 08 (oito) a 16 (dezesesseis) laudas, as resenhas até 03 (três) laudas e os relatórios de trabalho de campo até 15 (quinze) laudas, incluindo-se nessas delimitações as tabelas, quadro, gráficos, figuras, fotografias e referências bibliográficas que fizerem parte dos textos;
6. Apresentar notas de rodapé (se necessário) numeradas em algarismos arábicos;
7. As citações e referências bibliográficas devem obedecer ao padrão estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (a mais atualizada), para referenciamento de livros, revistas, suportes eletrônicos e outros multimeios, disponíveis no site www.abnt.org.br;
8. Os textos encaminhados à Comissão

Editorial da Revista Educação Integral do Grupo Educacional Ineq serão apreciados por três membros desta comissão, que poderão aceitá-los integralmente, propor reajuste ou recusá-los, com base em critérios técnicos como: coerência textual, encadramento lógico, normas da ABNT vigentes, problemática enunciada e desenvolvida, introdução, referencial teórico, considerações finais e referência bibliográficas;

9. Os textos que não observarem os padrões aqui estabelecidos não serão publicados;

10. Os Autores que tiverem trabalhos publicados terão acesso ao arquivo digital da Revista Educação Integral, não sendo pagos direitos autorais;

11. O conteúdo dos textos deve passar por criteriosa revisão textual, que é de responsabilidade de seus autores;

12. Os casos omissos serão discutidos e deliberados pela Comissão Editorial;

13. Informações sobre o periódico podem ser solicitados aos editores, no Núcleo de Desenvolvimento de Atividades Pedagógicas do Grupo Ineq ou via e-mail;

14. Os trabalhos deverão ser enviados somente por e-mail para o endereço: educacaointegral@ineq.com.br com o devido comprovante de pagamento do artigo. **Não enviaremos para revisão, antes de identificar o pagamento.**



FAEP - Faculdade de Educação Paulistana

Rua Cordeiro da Silva, 143 Taipas/SP

(11) 3218 0088 , Email: atendimento@faep.edu.br, Site: www.faep.edu.br

**Cursos de Graduação - Pós Graduação -
Formação de Professores**